



ENERGIA E ECONOMIA

Plano de longo prazo prevê Estado forte (Folha de SP) 11/01/2010	3
Essa conversa de herança maldita é pura bobagem (Folha de SP) 11/01/2010.....	3
Governo pode reeditar plano sem referência a torturadores (Folha de SP) 11/01/2010	6
"Falta foco comercial na política externa do Brasil" (O Estado de SP) 11/01/2010.....	6
Indústria quer maior produtividade (O Estado de SP) 11/01/2010.....	7
BNDES e Finep veem aumento da demanda (O Estado de SP) 11/01/2010.....	8
Fundo de crédito privado registra perdas com CCB (Valor Econômico) 11/01/2010.....	9
Dobra número de empresas do Rio beneficiadas por crédito do BNDES (Valor Econômico) 11/01/2010.....	9
Dobra número de empresas do Rio beneficiadas por crédito do BNDES (Valor Econômico) 11/01/2010.....	11
Na cadeia do consumo, cresce o peso da água (Valor Econômico) 11/01/2010.....	12
Estresse hídrico já afeta 700 milhões de pessoas em 43 países, diz estudo (Valor Econômico) 11/01/2010	14
Uma época de dificuldades (Valor Econômico) 11/01/2010	14
Feitas para durar (Valor Econômico) 11/01/2010.....	16
Gestão explica resultados na bolsa em duas décadas (Valor Econômico) 11/01/2010	17
Ciclo de crescimento reforça ações locais (Valor Econômico) 11/01/2010.....	17
Em busca da energia limpa (Correio Popular/ Opinião) 11/01/2010	19
ABCE promove curso sobre aspectos físicos e regulamentação do setor elétrico (CanalEnergia) 11/01/2010.....	20
Conta de luz pode vir errada novamente (Folha de SP) 10/01/2010	20
Procuradoria prepara ações contra reajuste (Folha de SP) 10/01/2010.....	21
Uma recuperação sem empregos? (Folha de SP) 10/01/2010.....	21
País cresce no mercado de trabalho global (Folha de SP) 10/01/2010	23
Vannuchi ameaça sair se plano for alterado (Folha de SP) 10/01/2010	24
Petrobrás recupera poder com compra da Quattor pela Braskem (O Estado de SP) 10/01/2010.....	25
Revisão eleva superávit comercial (Folha de SP) 09/01/2010.....	26
Google quer entrar no setor de energia (Folha de SP) 09/01/2010.....	26
Presidente nomeia e demite no BC brasileiro (Folha de SP) 09/01/2010	26
Stephanes vê preconceito em plano de direitos humanos (Folha de SP) 09/01/2010.....	27
Indústria de três Estados já recupera perdas após a crise (Folha de SP) 09/01/2010	27
Alíquota maior ao INSS será repassada aos preços, diz CNI (Folha de SP) 09/01/2010	28
Multas a elétricas crescem 131% (O Estado de SP) 09/01/2010.....	28
Superávit comercial é revisto para US\$ 25,3 bi (O Estado de SP) 09/01/2010	29
Celesc PNB encerra em alta de 1,66% (CanalEnergia) 08/01/2010.....	30
PLD permanece em R\$ 12,80/MWh (CanalEnergia) 08/01/2010	31
Apagão atinge estados do Acre e Rondônia (CanalEnergia) 08/01/2010.....	31
Fitch atribui a Furnas rating BBB- em moeda local e AA(br) de longo prazo (CanalEnergia) 08/01/2010	31
Rio Grande do Norte alcançará autossuficiência de geração neste ano (CanalEnergia) 08/01/2010.....	32
Usinas iniciam operação comercial e testes (CanalEnergia) 08/01/2010.....	32
Nível dos reservatórios do Nordeste atinge 67,5% do volume armazenado (CanalEnergia) 08/01/2010	33
Celesc PNB registra alta de 0,30% (CanalEnergia) 08/01/2010.....	33
STJ: município produtor de energia tem direito à arrecadação de ICMS (CanalEnergia) 08/01/2010.....	33
Equatorial Energia aumenta capital em quase R\$ 15 milhões (CanalEnergia) 08/01/2010.....	34
UHE Barra do Braúna inicia operação comercial de 13 MW (CanalEnergia) 08/01/2010	34

PCH Paiol altera potência instalada de 28 MW para 20 MW (CanalEnergia) 08/01/2010.....	34
Celg reduz em cerca de R\$ 40 milhões gastos com licitações (CanalEnergia) 08/01/2010.....	34

SINDICAL

Jornal da CUT (CUT Nacional) 08/01/2010.....	35
Movimento “Fora Arruda” (CUT Nacional) 08/01/2010.....	35
O combate à homofobia precisa avançar (CUT Nacional) 08/01/2010	35
Lucros e demissões nos bancos (CUT Nacional) 08/01/2010	36
Produção industrial cresce em nove das 14 regiões analisadas pelo IBGE (CUT Nacional) 08/01/2010.....	37
Agricultores familiares poderão fazer reformas através do Programa de Habitação Rural (CUT Nacional) 08/01/2010	37

Plano de longo prazo prevê Estado forte (Folha de SP) 11/01/2010

Para ministro Samuel Pinheiro Guimarães, ideias do projeto "Brasil 2022" podem influenciar o programa de governo de Dilma

Titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos diz que Estado tem de financiar os grandes investimentos em infraestrutura no país

MALU DELGADO
ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

Encarregado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de preparar o plano batizado de "Brasil 2022", o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, 70, conduz estudos que certamente vão inspirar o programa de governo que a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) apresentará nesta campanha presidencial. "Pode ser útil [para Dilma]", admite ele.

Nas diretrizes que o ministro traça, a energia nuclear é tratada como estratégica e são previstas construções de usinas de enriquecimento de urânio no Sudeste e no Nordeste (não para fins militares), o capital externo deve ser taxado, e os limites da abertura da economia são determinados pelos interesses do mercado interno.

"Todo país continental tem um grau de abertura da economia pequeno porque ele pode produzir mais." O ministro aplaude a decisão do governo de aplicar IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre a entrada de capital estrangeiro e sinaliza que o tema pode reservar novas medidas no futuro.

"O Brasil é um dos países do mundo que mais recebe capital estrangeiro. E estão muito satisfeitos com o Brasil, não é? Senão, não viriam para cá."

A parte teórica do plano será concluída até o fim do mês, mas serão abertas consultas públicas dentro do governo e a especialistas em áreas setoriais. A previsão é que o programa definitivo seja divulgado em junho, a quatro meses das eleições. Samuel Pinheiro ri quando questionado sobre a polêmica política em relação ao tamanho e papel que o Estado deve ter.

Ele vai direto ao ponto: "O Brasil foi muito criticado porque, aparentemente, durante anos, não desregulamentou o que deveria desregulamentar, não reduziu o tamanho do Estado, não privatizou o que tinha que privatizar. E o que nós vimos? O Brasil saiu muito bem da crise porque não privatizou o que queriam que se privatizasse, não desregulamentou tudo o que queriam. O setor financeiro era regulamentado, ainda tínhamos grandes bancos para estimular a demanda". O Estado tem de ser o condutor e financiador dos grandes investimentos de infraestrutura, afirma. Programas de transferência de renda persistem a longo prazo neste modelo de desenvolvimento. "Cabe ao Estado brasileiro atender a população que sofre os efeitos das disparidades."

O plano será um emaranhado de metas de longo prazo, separadas por áreas dos mais de 30 ministérios do governo, a serem alcançadas até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. A Casa Civil tem representantes em todos esses grupos setoriais.

Pé no chão

Sucessor na pasta de personagens polêmicos, como Mangabeira Unger, ele conserva a diplomacia ao falar dos antecessores.

Apesar de elogiar "a inteligência" de Mangabeira, que idealizava o transporte de águas da bacia amazônica ao Nordeste, ele demonstra ter os pés mais no chão: "Para a secretaria ser mais útil, ela tem que trabalhar em estreita colaboração com os outros ministérios".

Para o ministro, a política externa pode virar debate da campanha. "A política externa adquiriu importância tão grande no Brasil que se tornou um tema de debate público. Política externa é política de governo. Então, é sujeita ao debate e à controvérsia", afirma.

ENTREVISTA DA 2ª

CLAUDIO SALM

Essa conversa de herança maldita é pura bobagem (Folha de SP) 11/01/2010

Para economista, Lula é continuidade de FHC, com o que tem de bom e de ruim

O economista e professor Claudio Salmdá entrevista em seu apartamento, no Rio de Janeiro

O ECONOMISTA Claudio Salm diz que a evolução dos indicadores sociais no Brasil não é conquista de um único partido ou de um único presidente. Segundo ele, o país está melhor por uma sucessão de fatores que não obedece ao calendário ou à lógica eleitoral. Entre eles, a consolidação de uma mesma política social, a queda na taxa de natalidade e o fim de um duro ciclo estrutural de crescimento sem emprego, que durou até 2000.

MARCIO AITH DA REPORTAGEM LOCAL

Com base em dados do IBGE desde 1996, Salm constata uma progressão contínua na qualidade de vida dos mais pobres. Mas, por meio de outros indicadores, diz que serviços universais, como educação e saúde, pioraram. Aos 67 anos, Salm graduou-se pela Universidade Federal do Rio, fez pós-graduação no Chile e doutorado na Unicamp. Sua tese, Escola e Trabalho, foi publicada pela editora Brasiliense em 1982.

FOLHA - Quais são os indícios de que, entre os governos FHC e Lula, houve continuidade, e não ruptura, nas políticas sociais?

CLAUDIO SALM - Do ponto de vista da política econômica já sabemos que não houve qualquer ruptura, como o próprio Lula havia anunciado que não haveria, em 2002, na famosa Carta aos Brasileiros. Eu diria até que, em alguns aspectos, como o da política monetária, Lula é mais conservador que FHC. Conservador no sentido do excessivo cuidado em relação à banca. Quanto à política social, é só conferir os números. O período Lula é uma continuidade do período FHC, com tudo o que tem de bom e de ruim. Houve uma progressão contínua na qualidade de vida dos 25% de brasileiros mais pobres. Desde 1996, vários indicadores melhoram mais ou menos no mesmo ritmo: acesso às redes de água e esgoto, coleta direta de lixo, iluminação elétrica, posse de telefone, máquina de lavar. Essa conversa de herança maldita é pura bobagem.

FOLHA - Mas, vistos assim, de forma panorâmica, os indicadores sociais sempre melhoram. É possível dizer que FHC também não rompeu com Itamar, que não rompeu com Collor e assim vai.

SALM - Não é bem assim. Há inflexões importantes, fatores demográficos, ciclos, crises, políticas acertadas, políticas equivocadas. Uma reforma que tornasse nossa arrecadação tributária mais justa poderia ser uma inflexão de grande alcance social.

FOLHA - Cite indicadores que pioraram ao longo da história.

SALM - São muitos. A década de 80 foi desastrosa para o mercado de trabalho, trazendo graves consequências para o nível e a qualidade do emprego: informalidade e a interrupção de uma longa trajetória de crescimento do trabalho assalariado com carteira assinada. Outro exemplo é o salário mínimo. Ele ainda está abaixo do que era sob a Presidência JK [1956-61], embora tenha aumentado 50% no governo FHC e outro tanto no governo Lula. Aliás, a recuperação do salário mínimo começou para valer a partir de 1995, quando FHC deu um aumento de cerca de 40% com a inflação já debelada.

FOLHA - Qual foi o papel da demografia no processo de melhoria dos indicadores sociais?

SALM - No Brasil, uma herança bendita foi a queda na fecundidade a partir de meados dos anos 60. A transição demográfica no Brasil foi das mais intensas. Como a queda na natalidade foi muito mais acentuada entre os mais pobres do que entre os mais ricos, o aumento da renda foi maior justamente entre os pobres. Além disso, a crescente proporção de idosos tem sido mais que compensada pelo menor número de filhos. Como mais de 80% dos idosos recebem benefícios previdenciários, eles não são dependentes como as crianças, mas, com o perdão do economicismo rude, um ativo valioso.

FOLHA - Voltando ao Lula, como se pode afirmar que não houve ruptura se o gasto social aumentou em termos absolutos e relativos?

SALM - Eu diria que continuou aumentando. A expansão do gasto público social foi uma medida acertada. Mas a redução recente da desigualdade se deve mais a outros fatores, como a volta do emprego formal, o aumento do salário mínimo e o fim de um ciclo.

FOLHA - Que ciclo é esse?

SALM - A abertura abrupta no início da década de 90 levou a fortes e rápidas transformações estruturais, especialmente na indústria. Surgiu pela primeira vez entre nós, como um grave problema, o desemprego aberto. Foi nessa época que ganhou força a ideia do crescimento sem emprego, justamente por causa da rápida modernização da indústria. As grandes transformações tecnológicas, a matança de pequenas empresas, a racionalização, tudo isso durou até os anos 90. Findo esse processo, as coisas se arrumaram e o crescimento voltou a ser altamente promotor do emprego. É impressionante a correlação entre crescimento e geração de emprego dos anos 2000 para cá. O crescimento recente voltou a gerar empregos para os segmentos pouco qualificados, o que foi mais importante do que o Bolsa Família para explicar a melhora da distribuição de renda.

FOLHA - Não se deve a Lula criação de empregos formais? Afinal, FHC defendia a superação do getulismo.

SALM - Não vejo nada de errado nesse aspecto do getulismo. Errado é querer desregular o mercado de trabalho num país como o nosso, com enorme excedente de mão de obra de baixa qualificação. O governo do PT ensaiou, mas acabou não comprando a ideia da urgência da reforma trabalhista. Deixou isso de lado. O crescimento é a grande variável na geração de emprego e não a flexibilização trabalhista. Quem pensava assim, acertou.

FOLHA - 32 milhões de brasileiros ingressaram no conjunto das classes A, B e C sob Lula. Isso não é ruptura?

SALM - No mesmo período houve diminuição da pobreza e melhoria da distribuição de renda em quase toda a América Latina. É verdade que, no Brasil, foi ainda mais rápido. Isto já vinha do governo FHC, quando o IDH aumentou e a população pobre caiu 10%. O processo aqui foi favorecido pelo maior crescimento. Durante FHC o PIB anual cresceu em média 2,3%; durante Lula, 3,9%. Isso não é ruptura, mas ciclo econômico, como já tivemos tantos. Não podemos esquecer que a estabilidade do Real também reduziu a pobreza e o desemprego.

FOLHA - E o papel do Bolsa Família?

SALM - Programas sociais de transferência de renda são, sim, fundamentais para reduzir a miséria absoluta. Ainda mais quando cumprem com condicionalidades, como a exigência de frequência à escola. Ninguém seria louco de eliminá-los. O Bolsa Família não deixou de ser uma continuidade: juntou o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que vinham do governo anterior. O Bolsa Família também pode funcionar, indiretamente, para elevar os rendimentos do trabalho. Quem recebe o benefício tem melhores condições para resistir a uma diária aviltante. Mas não é tudo o que parece quanto à distribuição de renda. Nesse sentido, mais importante foram o crescimento do emprego e a recuperação do salário mínimo. O gasto público social aumentou? Ótimo. Mas, simultaneamente a isso, as políticas sociais universais, como educação e saúde, ficaram para trás.

FOLHA - Em dez anos, o número de alunos em universidades saltou de 2 milhões para 4 milhões. Esse aumento não o sensibiliza?

SALM - Para falar a verdade, pouco. Formou-se no Brasil um ciclo nefasto, que começa na falta de atendimento de creche e de pré-escola e acaba em gigantescas universidades privadas que estão mais para escolões do que para universidades. A coisa funciona assim: como o percentual de crianças com atendimento adequado na educação infantil é mínimo, elas já chegam ao ensino fundamental com deficiências. Aí avançam rapidamente, com o artifício da progressão continuada ou do ciclo básico, mecanismos que escamoteiam a repetência. Quando sai do ensino fundamental, não sabe nem falar, nem articular direito. Não avançamos na implantação do horário integral. Tampouco avançamos na melhoria do ensino médio. No governo FHC os alunos no ensino público federal aumentaram em torno de 50%. Sob Lula, o ritmo caiu pela metade.

FOLHA - É melhor ter ou não ter o que o senhor chama de escolões?

SALM - É melhor tê-los. Mas melhor ainda seria dar qualidade ao ensino fundamental e assegurar a passagem dos egressos ao ensino médio. Se isso ocorresse, a maioria das vagas no mercado de trabalho hoje ocupadas por quem tem diploma universitário poderia ser preenchida por quem tem o nível médio. Estamos transferindo para as universidades, com tremendo gasto de recursos, o ensino que poderia ser oferecido no nível médio.

FOLHA - Quais são os indícios de que a saúde piorou?

SALM - A população nunca reclamou tanto, o que é um indício importante. Não há muitos indicadores de acompanhamento confiáveis, mas alguma coisa existe. A relação entre internações e habitantes, no SUS, vem caindo desde o governo Itamar. Parece uma coisa boa. Só que essa relação aumenta nos hospitais privados. A relação entre exames e consultas não se alterou no sistema público. Já no atendimento privado, aumentou. No Rio, os médicos dizem que as mortes evitáveis nos hospitais vêm aumentando, inclusive nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento, da prefeitura atual), por causa da precariedade das conexões com os hospitais do SUS. Estamos claramente diante de um subfinanciamento do SUS, como diagnosticou a médica Lígia Bahia. Só não piorou ainda mais por conta da vinculação dos recursos para a Saúde, com a Emenda 29, iniciativa do Serra. O aumento e a diversificação da oferta dos remédios genéricos estagnou com o Lula, quando a Anvisa foi loteada.

FOLHA - O senhor é filiado a algum partido político? É tucano?

SALM - Nem tucano nem filiado a partido político. Votei no José Serra para presidente em 2002 e colaborei na campanha dele, mas não fiquei triste com a vitória do Lula.

FOLHA - Como o senhor avalia as duas experiências de governo?

SALM - As condições econômicas, especialmente no front externo até a eclosão da crise mundial, foram muito mais favoráveis a Lula que a FHC. O importante para mim é que a onda neoliberal não conseguiu acabar com os avanços social-democratas da Constituição de 88. O principal mérito de ambos, até aqui, é o respeito pela democracia. Na economia, vejo, como os principais problemas dos dois, a facilidade com que permitiram, ou promoveram, a apreciação cambial, os juros mais altos do mundo e o descaso, nos dois períodos, com o investimento público que está num nível baixíssimo, um dos mais baixos do mundo. Nessas áreas a continuidade foi incrível.

Governo pode reeditar plano sem referência a torturadores (Folha de SP) 11/01/2010

Assim, texto que cria comissão de investigação não citaria militares nem guerrilha

Sugerida por Nelson Jobim, mudança de trecho do plano de direitos humanos pode ser aceita por Vannuchi, que ameaçou pedir demissão

Lula, Dilma e outras autoridades no lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos

ELIANE CANTANHÊDE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo articula uma solução de meio termo para a questão nevrálgica do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos: em vez de acrescentar ao texto do programa a investigação da esquerda armada durante a ditadura militar (1964-1985), como querem as Forças Armadas, seria suprimida a referência à "repressão política" na diretriz 23, que cria a comissão da verdade.

Ou seja, a questão seria resolvida semanticamente, sem especificar a apuração de excessos de nenhum dos dois lados. O texto passaria a prever a apuração da violação aos direitos humanos durante a ditadura, genericamente, sem especificar de quem e de que lado.

Essa proposta está sendo colocada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e poderá ser aceita pelo ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que aposta numa "solução de meio termo".

Jobim não aceita uma comissão unilateral, focada apenas na apuração das violações praticadas pelos militares. E Vannuchi não admite a investigação da esquerda armada. Sem referência aos dois lados, a questão poderá ser resolvida pelo Congresso Nacional.

O plano foi formalizado como decreto presidencial, prevendo a formação de um grupo de trabalho do Executivo para elaborar um projeto de lei ao Congresso, criando a comissão da verdade. Com o decreto revisado, se houver o acordo, o projeto ficaria mais flexível para o debate parlamentar.

O presidente Lula volta de férias e começa o ano de trabalho hoje entre esses dois fogos: o de um amplo setor da sociedade, liderado por Jobim, que quer a revisão do plano, e o de juristas e familiares de desaparecidos políticos, que respaldam Vannuchi e não aceitam alterações significativas.

No confronto, os dois lados ameaçam com pedidos de demissão justamente num ano de campanha eleitoral, em que Lula pretende somar apoios para a sua candidata ao Planalto, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Ex-militante da esquerda armada, torturada e presa durante a ditadura militar, ela é parte diretamente interessada no plano.

Vannuchi não abre mão de exigir "uma narrativa sincera, honesta e humilde do Estado brasileiro sobre as circunstâncias dos desaparecimentos e o local onde os corpos estão".

"O país não tem o direito de saber toda a história que envolve Rubens Paiva, Vladimir Herzog, Honestino Guimarães? Sem isso, como é possível virar a página? Eles, aliás, foram torturados, mortos e nem sequer eram da esquerda armada."

O ministro de Direitos Humanos tem respaldo, por exemplo, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do "Manifesto Contra a Anistia aos Torturadores", reunindo mais de 10 mil assinaturas em diferentes setores da sociedade civil em todo o país.

O ponto central do manifesto, porém, é uma questão que, segundo tanto Jobim quanto Vannuchi, não está colocada no plano: a revisão da Lei da Anistia, de 1979, que valeu para os dois lados, tanto para os militares e civis responsáveis pela repressão quanto para os militantes de esquerda.

Na versão dos dois ministros, o item 2 da diretriz 23 já faz referência à lei (citada pelo número, não pelo nome), o que caracteriza o reconhecimento de sua legitimidade.

Além da polêmica com a área militar, o plano também provoca críticas de outros setores. A Igreja Católica reagiu contra a descriminalização do aborto. O setor ruralista, apoiado pelo ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), considera o plano "preconceituoso contra o agronegócio". As entidades de imprensa acusam um ataque à liberdade de expressão. Vannuchi lamentou a posição crítica do PSDB e do DEM, alegando que o atual plano segue e aprofunda os dois primeiros planos, ambos elaborados no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003).

"Falta foco comercial na política externa do Brasil" (O Estado de SP) 11/01/2010

Pedro de Camargo Neto: especialista em comércio exterior

Raquel Landim

Pedro de Camargo Neto, especialista em comércio exterior, avalia que falta "foco comercial" na política externa. "A estratégia do Brasil é política e não comercial. E isso agora começa a fazer falta. Ele é mentor do painel do algodão, uma vitória do País contra os EUA. A seguir, trechos da entrevista:

Qual é o motivo do fraco desempenho dos produtos brasileiros nos Estados Unidos?

Nunca é um fator só. Tem a questão cambial, que é perda de competitividade do País como exportador em todos os mercados. O outro fator é a falta de foco comercial da política externa. O presidente Lula fez história como liderança carismática. A atuação do ministério das Relações Exteriores (Celso Amorim) também é forte em vários lugares. Mas é uma estratégia política e não comercial, e isso começa a fazer falta.

As exportações cresceram pouco para os EUA, mas muito para o resto do mundo. Por quê?

As exportações para a China avançaram porque o Brasil estava preparado para atender à demanda, e não por um acordo bilateral. Foi a existência da Vale e do setor agrícola que viabilizou o crescimento. Na Rússia, que se tornou o principal destino das exportações de carne bovina e suína, as cotas discriminam o Brasil e favorecem americanos e europeus.

Se a Alca tivesse avançado, o Brasil venderia mais para os EUA?

É difícil dizer. Se uma boa Alca tivesse andado, teríamos vendido mais. Mas nem o Brasil, nem os Estados Unidos estavam preparados para negociar a Alca. Não ponho a culpa só no Brasil. As Américas não são prioridade para os EUA. A culpa é dos dois lados.

As divergências do governo com os EUA prejudicam o comércio?

Não. O que falta na área comercial é alguém trabalhando por isso. A Apex (Agência de Promoção de Exportações) e o departamento comercial do Itamaraty não fazem negociação comercial. Eles trabalham no pós-acordo, para aumentar o mercado, e não discutem regras ou barreiras.

O governo anunciou uma ofensiva ao mercado americano. O que pode ser feito?

Negociações comerciais são de médio prazo. Difícilmente se começa e termina algo em um ano. Não acredito que vão abrir o mercado de etanol ou fazer um acordo de livre comércio. Não dá mais tempo.

No painel do algodão, o Brasil ameaça retaliar os EUA. É o melhor caminho?

A regra na OMC é essa. Os EUA, infelizmente, não têm se mexido. Os americanos precisam entender que, para ter um sistema multilateral forte, temos de seguir as regras.

Indústria quer maior produtividade (O Estado de SP) 11/01/2010

Levantamento feito pela Fiesp mostra que empresas planejam ampliar produção em ritmo superior ao das contratações

Marcelo Rehder

Depois de ver a produtividade de suas fábricas ir para o ralo com a crise financeira mundial, a indústria brasileira se prepara para dar a volta por cima em 2010. Em um ano de crise, entre setembro de 2008 e setembro de 2009, a produtividade do trabalho industrial caiu 4,1%, puxada pelo recuo da produção, que despencou 8%. A redução do pessoal ocupado foi menor, de 4,1%. Agora, com a previsão de crescimento da economia superior a 5%, as empresas pretendem ampliar a produção em ritmo superior ao das contratações, recuperar o terreno perdido e ainda ganhar eficiência.

Os números são de levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), feito com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. A produtividade é medida pela capacidade que a empresa ou o setor da economia tem de produzir mais com a mesma quantidade de um determinado insumo, que no caso do estudo da Fiesp é representado pela mão de obra.

Considerada a base da competitividade do produto brasileiro, a produtividade fortalece as empresas e permite que concedam aumentos reais de salários e preços mais acessíveis ao consumidor, o que amplia o mercado interno.

Para o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, que coordenou o estudo, o emprego industrial deverá superar os níveis alcançados no período anterior à crise somente no segundo semestre ou no ano que vem, mesmo com a economia crescendo entre 5% e 6%.

Nesse quadro, as empresas geralmente tomam como primeira medida a utilização de horas extras, observa Roriz Coelho. Depois, fazem contratações temporárias, além de colocar novamente em operação os equipamentos desativados na crise. Antes de investir e contratar gente nova, ainda podem terceirizar parte da produção.

Sondagem divulgada na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) confirma a tendência de recuperação do emprego em percentual inferior ao do crescimento da produção e do investimento. Das 762 empresas entrevistadas, 69% projetam aumento de vendas para este ano, enquanto só 8% falam em retração. No entanto, é menor o percentual de empresas que querem contratar: 40%. Além disso, outras 12% pretendem fechar postos de trabalho.

REPARTIR OS GANHOS

Atentos, os sindicalistas prometem cobrar a parte dos trabalhadores nos ganhos de eficiência das empresas. "Como a produtividade vai crescer muito este ano, nossa expectativa é não só garantir grandes aumentos reais de salários, como obter conquistas inéditas, como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais", diz o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

O estudo da Fiesp mostra que, nos meses de crise, a produtividade do trabalho chegou a cair até 16% nos setores de fumo e produtos elétricos. De um total de 26 setores analisados, apenas 8 aumentaram a produtividade no período. No entanto, os fabricantes de máquinas de escritório e equipamentos de informática, celulose e papel e equipamentos de transportes aumentaram a produtividade por meio da queda de pessoal ocupado (ver quadro).

Em contrapartida, produtos químicos, bebidas e perfumaria foram os únicos setores que aumentaram a produtividade sem diminuir o emprego. A produtividade na fabricação de produtos de perfumaria cresceu 10,8%, acompanhada de aumento de 11,4% na produção e de 0,5% no emprego.

BNDES e Finep veem aumento da demanda (*O Estado de SP*) 11/01/2010

Alexandre Rodrigues

O aumento da demanda por crédito para o desenvolvimento de novos produtos e processos no BNDES e na Finep reflete os incentivos criados pelas duas principais agências brasileiras de fomento da inovação em 2009 para manter as apostas num setor que é o primeiro a sofrer cortes em momentos de incerteza.

Em meio à crise, o BNDES incluiu a inovação nas linhas com juros reduzidos (3,5% a 4,5% ao ano) do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado no início do segundo semestre para incentivar o setor de bens de capital. Nos três primeiros meses, o PSI liberou apenas R\$ 100 milhões para P&D. Em novembro, a carteira tinha saltado para R\$ 286,2 milhões.

Segundo Helena Tenório, chefe do Departamento de Políticas e Programas do BNDES, o banco já havia liberado R\$ 472 milhões em novembro e os números preliminares de dezembro indicaram a superação da marca de 2008.

Incluindo o financiamento de máquinas para a modernização de processos em pequenas empresas, o banco fechou 2009 com cerca de R\$ 1,09 bilhão liberados para pesquisa e incrementos de processos industriais. O banco ainda tem R\$ 647,8 milhões contratados a desembolsar e R\$ 1,21 bilhão em operações aprovadas.

O resultado contrariou as expectativas de queda nos desembolsos que o BNDES traçou no início do ano passado. "Se já não esperávamos crescimento em 2009, dá pra comemorar que não houve retração", afirma Helena, para quem o PSI ajudou as empresas brasileiras a perderem o medo da crise.

Gestão de recursos: Carteira, que tem como único cotista a Fundação Celesc de Seguridade Social (Celos), resolveu reconhecer como prejuízo papéis da Cebel

Fundo de crédito privado registra perdas com CCB (Valor Econômico) **11/01/2010**

Por Luciana Monteiro, de São Paulo

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), administradora do multimercado Celos Crédito Privado, resolveu reconhecer como perdas todas as aplicações que o fundo tem em papéis da Centrais Elétricas Belém (Cebel).

A carteira, cuja gestão é feita pela Global Capital Administradora de Recursos, tem em seu portfólio Cédulas de Crédito Bancário (CCBs). Esses papéis são uma espécie de nota promissória emitida por empresários e empresas em troca de empréstimos. O fundo é exclusivo e tem como único cotista a Fundação Celesc de Seguridade Social, Celos. A medida de marcar a mercado os títulos como dívida não paga deve trazer perdas para o fundo de pensão e, portanto, para os investidores que aplicam nele.

A decisão de provisão de perdas ocorreu depois que os donos das CCBs resolveram, por unanimidade, declarar o vencimento antecipado de toda a dívida representada pelos papéis durante uma assembleia realizada no fim do ano passado. Segundo o fato relevante divulgado pela Citibank DTVM, o que motivou os credores foram "descumprimentos contratuais."

O fundo multimercado Celos Crédito Privado tem em sua carteira 31 CCBs relativas ao financiamento para a implantação da usina Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Apertadinho, localizada na cidade de Vilhena, em Rondônia. Essa usina tem como proprietária a Cebel. Em 9 de janeiro de 2008, durante a construção, a barragem se rompeu, causando grande impacto ambiental na região.

No dia 17 de dezembro do ano passado, os donos das CCBs realizaram uma assembleia geral e resolveram pedir o vencimento antecipado dos papéis. De acordo com o texto do fato relevante, a decisão dos titulares das CCBs se deu por conta da "falta de evidência da recomposição de toda e qualquer garantia destruída, danificada, suprimida ou cujo valor tenha sido efetuado pelo colapso do vertedouro da Barragem Apertadinho."

Com cerca de R\$ 1,5 bilhão sob gestão, a Global Capital é uma gestora voltada para o gerenciamento de fundos de investimento lastreados em títulos de crédito privado. O fundo com CCBs da Cebel, cujo único cotista é a Celos, tem no prospecto a informação de que ele é voltado para investidor qualificado - com pelo menos R\$ 300 mil em aplicações.

O fundo multimercado Celos Crédito Privado tinha patrimônio líquido de R\$ 1,172 bilhão em dezembro do ano passado, conforme informações presentes no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em novembro, as CCBs da Cebel somavam R\$ 43,642 milhões, o que representava 3,70% do patrimônio de R\$ 1,176 bilhão.

Além dessa carteira, um outro fundo, que compra cotas do Celos Crédito Privado, também deverá amargar prejuízos. No caso desse segundo fundo, uma fatia de 92,28% do portfólio de R\$ 1,276 bilhão estavam aplicados no multimercado, segundo dados da CVM. Essa carteira destina-se exclusivamente a receber aplicações do fundo de pensão da Celesc.

O Valor procurou a Celos, mas nenhum dos executivos responsáveis foram encontrados para comentar o assunto até o fechamento desta edição. A Global Capital não quis se pronunciar. O fato relevante divulgado pela Citibank DTVM não informa se haverá uma cisão do fundo, separando esses ativos numa outra carteira.

O episódio serve de alerta sobre a importância de uma análise cuidadosa dos emissores de títulos de crédito. Mesmo com a expectativa de um aperto monetário, a taxa de juros deve se manter baixa e, com isso, o investimento em títulos privados devem ganhar terreno. Apesar de o pequeno investidor não ter acesso a fundos unicamente formados por crédito privado, esses papéis podem compor uma parcela pequena dos fundos de renda fixa.

Dobra número de empresas do Rio beneficiadas por crédito do BNDES (Valor Econômico) 11/01/2010

Heloisa Magalhães, do Rio

Julio Bueno, secretário de Desenvolvimento: pulverização de investimentos

O valor dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Estado do Rio de Janeiro nos 11 primeiros meses do ano passado aumentou 147% na comparação com o mesmo período de 2008. Atingiu R\$ 22,5 bilhões, enquanto que um ano antes ficou em R\$ 9,1 bilhões.

A Petrobras e sua controlada Transportadora Associada de Gás (TAG) ficaram com quase um terço do total (R\$ 15 bilhões), mas mesmo assim, a economia fluminense mostrou sinais de aquecimento.

Segundo o banco, que ainda não fechou a relação dos desembolsos incluindo dezembro, o número de empresas beneficiadas dobrou em 2009. Os recursos foram para 12.652 empresas, enquanto no ano anterior eram 6.326 e receberam R\$ 9,1 bilhões.

A dependência do Estado ao petróleo é expressiva, inclusive quando se analisa a origem da receita dos municípios fluminenses e a participação na arrecadação do ICMS. Mas há pesados investimentos em outras áreas. A siderurgia é uma delas e terá cada vez mais presença na economia fluminense.

O destaque é um dos maiores projetos em construção no país, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Com investimento de US\$ 7 bilhões e previsão para entrar em operação no primeiro semestre, a empresa controlada pela alemã ThyssenKrupp recebeu do banco R\$ 202 milhões em 2009.

A Siderúrgica de Barra Mansa, do grupo Votorantim, um projeto de US\$ 1 bilhão, voltado para a produção de laminados longos de aço, recebeu do BNDES R\$ 460 milhões. Há ainda outro projeto na área de siderurgia em desenvolvimento, com investimento avaliado em US\$ 5 bilhões. É a parceria entre a EBX, de Eike Batista, e a Wuhan Iron and Steel (Wisco). Prevê a instalação e operação de uma usina de produção de aço com capacidade mínima de 5 milhões de toneladas por ano no Porto do Açu, no norte fluminense.

Dez grandes empresas com sede no Rio responderam por R\$ 18 bilhões dos R\$ 22 bilhões dos desembolsos do BNDES para o Estado. O Metrô recebeu R\$ 191 milhões. Mas entre os desembolsos há aqueles em que os recursos não estarão forçosamente sendo aplicados no Estado, como é o caso do apoio do banco à Oi (R\$ 287 milhões) e Furnas (R\$ 199 milhões).

O peso da indústria petrolífera e petroquímica para o Rio fica claro diante dos dados da Secretaria de Fazenda do Estado sobre arrecadação do ICMS. Em 2009, responderam por R\$ 2,297 bilhões, 12,34% do total arrecadado, atrás apenas de energia elétrica (14,71%) e serviços de comunicações (17,88%), sendo que, neste último, o consumidor do Rio está entre o que mais pagam impostos no país. Com o avanço no setor, o peso das áreas de petróleo e petroquímica foi mais do dobro que em 2000, quando fechou o ano respondendo por R\$ 1,080 bilhão, participação na arrecadação do Estado de 11,46%.

Crescimento expressivo também foi registrado nas indústrias siderúrgica e metalúrgica. Em 2000 respondiam por R\$ 286 milhões na arrecadação do ICMS e em 2009 passou para R\$ 746 milhões.

O grande destaque no cenário registrado nos desembolsos do BNDES, segundo o secretário de Desenvolvimento do Estado, Julio Bueno, foi o aumento da pulverização dos investimentos, com mais empresas buscando recursos no banco. Ele informa que, em meados de 2008, a secretaria iniciou um trabalho que já atingiu 30 municípios com o objetivo de levar informações jurídicas e sobre financiamento, discutir e avaliar as potencialidades de cada região do Estado com empresários locais.

Ele diz que vários movimentos já começam a se concretizar. Em Paulo de Frontin, por exemplo, o foco é a criação de um polo de fabricação de produtos a partir do látex. Em Três Rios, os investimentos se concentram na área metal-mecânica. Já Friburgo, na serra fluminense, segue a tradição na área têxtil. Petrópolis, outro município serrano, avança na área de tecnologia da informação. Em Resende o trabalho é para atrair indústrias para fornecer partes e peças para as montadoras instaladas em Porto Real, município vizinho.

Para Bueno, as regiões hoje com mais dificuldades para desenvolver a sua economia e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos moradores, são os municípios da Baixada Fluminense e São Gonçalo. Neste último, o investimento público per capita é o terceiro menor do Brasil.

A receita dos royalties do petróleo impulsionou, por exemplo, Quissamã, no norte fluminense. O município, segundo dados de 2008, registrava a primeira receita pública per capita do país. Para Bueno, a receita com petróleo, premiando a economia fluminense, explica, em boa parte, o crescimento do mercado interno.

Estudo da consultoria Aequis, feito a pedido da secretaria, mostra que a receita total dos municípios do Rio vem registrando trajetória ascendente desde 2004. Em 2008, na média, cresceu 14,9%, em termos reais, na comparação com 2007, a maior alta dos últimos dez anos, atingindo R\$ 26,2 bilhões.

Nas cidades beneficiadas pelos royalties do petróleo, como as da Bacia de Campos, o aumento médio da receita, em 2008, foi de 25,2%, ante 17,3% dos demais, sem contar a capital, onde a taxa foi de 9%. A cidade respondeu sozinha por 41,8% da receita dos municípios fluminenses.

Segundo Bueno, o estudo mostra grandes fossos com relação à receita per capita no Estado. Enquanto que São Gonçalo, cidade com quase 1 milhão de habitantes, em 1998, a receita per capita ficava em R\$ 454,97 por habitante, Quissamã, com pouco mais de 19 mil moradores, tinha receita per capita de R\$ 11.773,20. A média das cidades da Bacia de Campos é de R\$ 4.489,64.

Na busca pela reversão das diferenças, o governador do Rio, Sergio Cabral Filho (PMDB) deve sancionar ainda esta semana uma nova lei de incentivos a projetos industriais de até médio porte ou muito inovadoras. A chamada Lei Rosinha (sancionada pela então governadora Rosinha Matheus) reduziu para 2% do faturamento o ICMS de indústrias instaladas em 39 municípios. Agora, esse benefício estende-se para mais sete municípios e três distritos industriais.

Bueno informa que o critério para a inclusão foi porque havia municípios, como Levy Gasparian e Areal, que não recebiam nem os royalties do petróleo como tampouco o incentivo. "A opção agora é ou recebe royalty ou é beneficiado pela lei", disse. Mas a inclusão trouxe uma contrapartida para todos os empreendimentos que serão beneficiados. "O investimento não pode gerar simetria competitiva", diz. Os municípios perdem o incentivo quando atingir a um determinado valor de geração industrial, avaliado pelo Executivo.

Dobra número de empresas do Rio beneficiadas por crédito do BNDES (Valor Econômico) 11/01/2010

Heloisa Magalhães, do Rio

Julio Bueno, secretário de Desenvolvimento: pulverização de investimentos

O valor dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Estado do Rio de Janeiro nos 11 primeiros meses do ano passado aumentou 147% na comparação com o mesmo período de 2008. Atingiu R\$ 22,5 bilhões, enquanto que um ano antes ficou em R\$ 9,1 bilhões.

A Petrobras e sua controlada Transportadora Associada de Gás (TAG) ficaram com quase um terço do total (R\$ 15 bilhões), mas mesmo assim, a economia fluminense mostrou sinais de aquecimento.

Segundo o banco, que ainda não fechou a relação dos desembolsos incluindo dezembro, o número de empresas beneficiadas dobrou em 2009. Os recursos foram para 12.652 empresas, enquanto no ano anterior eram 6.326 e receberam R\$ 9,1 bilhões.

A dependência do Estado ao petróleo é expressiva, inclusive quando se analisa a origem da receita dos municípios fluminenses e a participação na arrecadação do ICMS. Mas há pesados investimentos em outras áreas. A siderurgia é uma delas e terá cada vez mais presença na economia fluminense.

O destaque é um dos maiores projetos em construção no país, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Com investimento de US\$ 7 bilhões e previsão para entrar em operação no primeiro semestre, a empresa controlada pela alemã ThyssenKrupp recebeu do banco R\$ 202 milhões em 2009.

A Siderúrgica de Barra Mansa, do grupo Votorantim, um projeto de US\$ 1 bilhão, voltado para a produção de laminados longos de aço, recebeu do BNDES R\$ 460 milhões. Há ainda outro projeto na área de siderurgia em desenvolvimento, com investimento avaliado em US\$ 5 bilhões. É a parceria entre a EBX, de Eike Batista, e a Wuhan Iron and Steel (Wisco). Prevê a instalação e operação de uma usina de produção de aço com capacidade mínima de 5 milhões de toneladas por ano no Porto do Açu, no norte fluminense.

Dez grandes empresas com sede no Rio responderam por R\$ 18 bilhões dos R\$ 22 bilhões dos desembolsos do BNDES para o Estado. O Metrô recebeu R\$ 191 milhões. Mas entre os desembolsos há aqueles em que os recursos não estarão forçosamente sendo aplicados no Estado, como é o caso do apoio do banco à Oi (R\$ 287 milhões) e Furnas (R\$ 199 milhões).

O peso da indústria petrolífera e petroquímica para o Rio fica claro diante dos dados da Secretaria de Fazenda do Estado sobre arrecadação do ICMS. Em 2009, responderam por R\$ 2,297 bilhões, 12,34% do total arrecadado, atrás apenas de energia elétrica (14,71%) e serviços de comunicações (17,88%), sendo que, neste último, o consumidor do Rio está entre o que mais pagam impostos no país. Com o avanço no setor, o peso das áreas de petróleo e

petroquímica foi mais do dobro que em 2000, quando fechou o ano respondendo por R\$ 1,080 bilhão, participação na arrecadação do Estado de 11,46%.

Crescimento expressivo também foi registrado nas indústrias siderúrgica e metalúrgica. Em 2000 respondiam por R\$ 286 milhões na arrecadação do ICMS e em 2009 passou para R\$ 746 milhões.

O grande destaque no cenário registrado nos desembolsos do BNDES, segundo o secretário de Desenvolvimento do Estado, Julio Bueno, foi o aumento da pulverização dos investimentos, com mais empresas buscando recursos no banco. Ele informa que, em meados de 2008, a secretaria iniciou um trabalho que já atingiu 30 municípios com o objetivo de levar informações jurídicas e sobre financiamento, discutir e avaliar as potencialidades de cada região do Estado com empresários locais.

Ele diz que vários movimentos já começam a se concretizar. Em Paulo de Frontin, por exemplo, o foco é a criação de um polo de fabricação de produtos a partir do látex. Em Três Rios, os investimentos se concentram na área metal-mecânica. Já Friburgo, na serra fluminense, segue a tradição na área têxtil. Petrópolis, outro município serrano, avança na área de tecnologia da informação. Em Resende o trabalho é para atrair indústrias para fornecer partes e peças para as montadoras instaladas em Porto Real, município vizinho.

Para Bueno, as regiões hoje com mais dificuldades para desenvolver a sua economia e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos moradores, são os municípios da Baixada Fluminense e São Gonçalo. Neste último, o investimento público per capita é o terceiro menor do Brasil.

A receita dos royalties do petróleo impulsionou, por exemplo, Quissamã, no norte fluminense. O município, segundo dados de 2008, registrava a primeira receita pública per capita do país. Para Bueno, a receita com petróleo, premiando a economia fluminense, explica, em boa parte, o crescimento do mercado interno.

Estudo da consultoria Aequus, feito a pedido da secretaria, mostra que a receita total dos municípios do Rio vem registrando trajetória ascendente desde 2004. Em 2008, na média, cresceu 14,9%, em termos reais, na comparação com 2007, a maior alta dos últimos dez anos, atingindo R\$ 26,2 bilhões.

Nas cidades beneficiadas pelos royalties do petróleo, como as da Bacia de Campos, o aumento médio da receita, em 2008, foi de 25,2%, ante 17,3% dos demais, sem contar a capital, onde a taxa foi de 9%. A cidade respondeu sozinha por 41,8% da receita dos municípios fluminenses.

Segundo Bueno, o estudo mostra grandes fossos com relação à receita per capita no Estado. Enquanto que São Gonçalo, cidade com quase 1 milhão de habitantes, em 1998, a receita per capita ficava em R\$ 454,97 por habitante, Quissamã, com pouco mais de 19 mil moradores, tinha receita per capita de R\$ 11.773,20. A média das cidades da Bacia de Campos é de R\$ 4.489,64.

Na busca pela reversão das diferenças, o governador do Rio, Sergio Cabral Filho (PMDB) deve sancionar ainda esta semana uma nova lei de incentivos a projetos industriais de até médio porte ou muito inovadoras. A chamada Lei Rosinha (sancionada pela então governadora Rosinha Matheus) reduziu para 2% do faturamento o ICMS de indústrias instaladas em 39 municípios. Agora, esse benefício estende-se para mais sete municípios e três distritos industriais.

Bueno informa que o critério para a inclusão foi porque havia municípios, como Levy Gasparian e Areal, que não recebiam nem os royalties do petróleo como tampouco o incentivo. "A opção agora é ou recebe royalty ou é beneficiado pela lei", disse. Mas a inclusão trouxe uma contrapartida para todos os empreendimentos que serão beneficiados. "O investimento não pode gerar simetria competitiva", diz. Os municípios perdem o incentivo quando atingirem um determinado valor de geração industrial, avaliado pelo Executivo.

Bebidas: AmBev e Coca-Cola investem para garantir o abastecimento futuro de seu principal insumo

Na cadeia do consumo, cresce o peso da água (Valor Econômico) 11/01/2010

Célia Rosemblum e Cynthia Malta, de São Paulo

Bassili, da AmBev, diz que água é 95% da produção da cerveja e que na China e na Califórnia já está havendo escassez. A indústria de bebidas começa a olhar de forma mais cuidadosa para a base de seus produtos, a água. Maior fabricante de cerveja do país, a AmBev vai traçar este ano sua "pegada de água". A ideia é monitorar quanto de H₂O é gasto de ponta a ponta na cadeia, da produção de cevada ao balcão do bar ou à prateleira do supermercado, e racionalizar o uso. A Coca-Cola, líder global de refrigerantes, inicia um esforço para chegar a 2020 como empresa "neutra em água". Quer, até lá, garantir que cada litro usado na produção resulte em um litro de bebida a ser vendido.

Identificar e adotar novos mecanismos para gestão e uso racional desse insumo, hoje bastante disponível e praticamente gratuito, é fundamental para o futuro dos negócios em um mundo que deve sofrer grandes modificações hidrológicas por conta das mudanças climáticas. O quadro delineado pelos cientistas para as próximas décadas aponta mudanças importantes nos padrões de chuva, enchentes e seca, no fluxo dos rios e na vegetação. Até 2030, segundo as projeções, 47% da população mundial estará em áreas de alto estresse hídrico. O fantasma da escassez de água, que já aparece em algumas regiões onde há fábricas, precisa ser driblado.

"Água significa 95% da produção da cerveja e precisamos garantir que não teremos falta de água, o que já está acontecendo na China e na Califórnia", explica o executivo Sandro Bassili, que até o ano passado dirigia a área de eventos da AmBev e agora é responsável pela centralização das ações de responsabilidade social e meio ambiente da companhia.

Na Coca-Cola, "a água é a principal matéria-prima da companhia e como tal deve ser cuidada", diz José Mauro de Moraes, diretor de meio ambiente e assuntos regulatórios. "É preciso assegurar o suprimento e, ao mesmo tempo, preservar a fonte", diz.

Bassili terá R\$ 20,1 milhões neste ano para investir em uma plataforma ampla, que engloba desde um estudo detalhado para racionalizar ainda mais o manejo da água até ampliar o uso de materiais como cavaco de madeira, palha de arroz e gás metano para substituir óleo diesel nas suas fábricas e limitar a emissão de gases de efeito estufa.

O objetivo da AmBev é reduzir custos, garantir a continuidade do negócio, tendo como pano de fundo uma visão de mais longo prazo, e comunicar ao consumidor o que está sendo feito, ajudando, assim, a construir a imagem de uma companhia socialmente responsável.

"Nossa visão nessa área é pragmática, é pró-business", diz Bassili, há 18 anos na empresa, conhecida por sua política rigorosa de controle de gastos e de metas de vendas. Para avançar no campo hídrico, a AmBev começa a traçar suas "pegadas de água" - um estudo detalhado, encomendado à ONG holandesa Water Foot Print Network, em parceria com a USP de São Carlos, cujo objetivo é delinear o caminho da água usada desde a plantação da cevada até a ponta final do consumo. "O gasto maior de água se dá na ponta da agricultura, pelo que já vimos. Daí a parceria com a WFP", diz Bassili.

A gestão da água não é uma novidade para a indústria de bebidas. A AmBev, segundo Bassili, controla seu uso há 17 anos e também procura aproveitar subprodutos para fazer funcionar suas caldeiras, em uma ofensiva para limitar o consumo de energia. Na Coca-Cola, o quadro é semelhante. "O primeiro ponto a ser atacado é a eficiência dentro de casa", explica Moraes. Treinamento de pessoal, reciclagem, tratamento de efluentes, consumo racional e reuso são algumas das medidas incorporadas aos processos de produção.

Em cinco anos, a AmBev conseguiu reduzir sensivelmente o gasto de água. Em 2003, para cada litro de cerveja produzido gastava-se 4,9 litros de água. Em 2008, a média baixou para 4,11 litros, chegando a 3 litros em algumas unidades fabris, um "benchmark mundial", segundo Bassili. Na Coca-Cola, os números são também vistosos. Há dez anos, cada litro produzido consumia 5 litros de água. No fim de 2008, eram 2,1 litros, incluída a água da própria bebida. Mas é apenas o começo do caminho.

Com pressão crescente da sociedade - na Índia, por exemplo, a Coca-Cola é alvo de ambientalistas que a colocam como responsável pela apropriação de água que servia a agricultores - e o surgimento de problemas de abastecimento em áreas onde a água não faltava, as empresas ampliam iniciativas ambientais.

AmBev e Coca-Cola agora olham diretamente para a fonte. A fabricante de cerveja assinou em dezembro um contrato com a World Wild Foundation (WWF) para dar início a um projeto em bacias hidrográficas. A primeira ainda será definida, mas a ideia é "como podemos influenciar, conservar as bacias", diz Bassili. O estudo poderá, por exemplo, apontar técnicas de replantio de mata ciliar, com o objetivo de proteger a nascente de água.

Na Coca-Cola está em curso o programa Água das Florestas Tropicais Brasileiras, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, que prevê reflorestamento de três mil hectares, com investimento R\$ 27 milhões até 2011 e plantio de 3,3 milhões de mudas de espécies nativas.

A Ambev tem estações de tratamento de água nas suas 28 fábricas e R\$ 8,6 milhões, do total dos R\$ 20,1 milhões a serem investidos neste ano por Bassili, serão gastos para troca de equipamentos de modernização das instalações.

A AmBev também trabalha com oito usinas de biomassa, movidas a insumos não-poluentes como palha de arroz, cavaco de madeira e casca de coco de babaçu. Nessa área serão investidos neste ano R\$ 10 milhões. O valor inclui

modernização de equipamentos e compras de algumas dessas usinas, atualmente na mão de terceiros. Há mais duas em Sergipe e Piraí (RJ), que receberão R\$ 1,5 milhão para que o gás metano possa ser queimado em maior quantidade do que o diesel - o uso desse gás chega a reduzir a emissão de dióxido de carbono em mais de 50%.

Estresse hídrico já afeta 700 milhões de pessoas em 43 países, diz estudo (Valor Econômico) 11/01/2010

De São Paulo

A água será, segundo alguns estudos, o principal espelho das mudanças climáticas, com impactos que se sobrepõem em diferentes áreas. O cenário delineado por um trabalho da Teri (The Energy and Resources Institute) com a Universidade de Yale, mostra que a vida, e também os negócios, ficarão cada vez mais difíceis.

O estudo foi mostrado na CoP-15, a Conferência das Partes sobre o Clima, realizada em dezembro, em Copenhague.

Hoje, 700 milhões de pessoas vivem em situação de estresse hídrico em 43 países. Dentro de 20 anos, quase metade da população mundial deve estar nessa condição de escassez, com uma disponibilidade per capita de água inferior a 1,7 mil metros cúbicos anuais. Mas antes disso, em 2025, algumas regiões da África enfrentarão quadros ainda mais drásticos, com disponibilidade inferior a 1 mil metros cúbicos por pessoa ao ano, segundo o estudo realizado pela Teri, que tem como diretor-geral o economista indiano Rajendra Pachauri, presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), criado há 21 anos pela ONU para fornecer visão científica sobre alterações climáticas, seus impactos e consequências econômicas.

O trabalho, realizado com o apoio da Coca-Cola, mostra a complexidade da gestão de recursos hídricos cuja distribuição espacial, ou mesmo sazonal, é às vezes mais problemática que a escassez. Quase dois terços da população mundial reside em áreas que recebem apenas 25% do total de chuvas. Na outra ponta, a Bacia Amazônica, com 10 milhões de pessoas, responde por aproximadamente 20% do escoamento. Por isso, as estimativas, geralmente feitas em base regional ou nacional, com índices per capita, não refletem problemas como a desigualdade de acesso. Também deixam de lado questões como a absoluta falta de recursos econômicos para levar água disponível à população, um tipo de escassez comum na África subsaariana.

O cenário hídrico para o futuro - que embute um conjunto grande de incertezas - requer abordagem multilateral e multissetorial para garantir a gestão adequada, com eficiência no uso e redução de desperdícios. A indústria, que segundo o trabalho não chega a ser responsável por 10% da extração de água mundial, pode contribuir de forma significativa. Entre as estratégias e práticas sugeridas para o mundo corporativo estão a aferição de "pegadas" de água e de carbono ao longo da cadeia, integração das questões climáticas e hídricas às estratégias e negócios e realização de parcerias para conservação de recursos. As iniciativas incluem ainda adoção de tecnologias para zerar as descargas de água, reciclagem e reuso. (CR)

Existem pressões imediatas para aumentar o papel do governo na economia

Uma época de dificuldades (Valor Econômico) 11/01/2010

Tony Blair

Uma parte do mercado falhou, mas os governos e as agências regulamentadoras fizeram parte desse desastre

Este é um momento difícil para ser um tomador de decisões. Vivemos em uma época de baixa previsibilidade; o mundo parece em constante mutação. Os desafios são imensos. E, acima de tudo, há em muitos casos um choque entre a política correta de curto prazo e a política correta para o longo prazo.

Na economia, no debate sobre clima e segurança, as pressões imediatas têm um rumo praticamente definido: aumentar o papel do governo na economia; adiar um acordo sobre o clima para um momento financeiro mais conveniente e abandonar grandes engajamentos militares de luta contra o terrorismo mundial. No entanto, em cada caso, a política para o longo prazo quase certamente aponta para o caminho oposto.

Qual é a forma de transpor esse fosso entre o curto e longo prazos? Decidir como fazer isso é fundamental para decidir essencialmente no que acreditamos e no que queremos de nosso futuro. Ao decidir isso, apenas a mente pode nos guiar em como fazê-lo, mas o coração precisa nos dizer em que realmente acreditamos fazer.

Na economia, o consenso quase universal, após o colapso do sistema bancário, era de que o mercado tinha falhado e o Estado teve que entrar em cena. Velhas cópias de "The Great Crash of 1929" (O grande colapso de 1929), de John Kenneth Galbraith, e outras obras keynesianas foram desempoeiradas e avidamente relidas. E é verdade: o mercado realmente sofreu um colapso e o Estado teve que entrar em cena. Os estímulos fiscais e monetários foram importantes em si mesmos, porém ainda mais porque sinalizaram que a força de governos iria ser utilizada para evitar contágio e colapso ainda maior.

Mas, se passarmos a uma análise sobre que tipo de recuperação podemos esperar e sobre que tipo de economia futura estamos tentando moldar, não está absolutamente claro que precisamos de um Estado com um papel permanentemente intervencionista. Ao contrário, precisamos que o setor privado recupere seu sentido empreendedor, inovador e vigoroso; precisamos ser cuidadosos em regulamentação de modo a apertar a disponibilidade de crédito, e precisamos, certamente, evitar protecionismo.

É verdade que o setor privado terá de passar por mais reestruturação e os grandes déficits acumulados com a crise precisam ser revertidos. Isso significará uma reestruturação radical do Estado e de seus serviços. Mas, em última instância, serão as empresas, e não governos, que levarão a economia mundial adiante.

Em outras palavras, a afirmação de que "o mercado falhou" é alarmantemente ampla. Na realidade, uma parte do mercado falhou, mas governos e agências regulamentadoras fizeram parte desse desastre. Se acreditamos que isso é verdade, será em última instância a criatividade (em seu melhor sentido) do setor privado que nos levará de volta à prosperidade. Portanto, precisamos tomar decisões, nas próximas semanas e meses, que ajudem o setor privado - e não o prejudique.

Da mesma forma, em relação ao ambiente e energia - independentemente das pressões financeiras -, se considerarmos que o clima da Terra está mudando provavelmente como resultado da atividade humana, será preciso colocar a economia mundial num rumo futuro de baixo carbono. Isso não significa que podemos defender propostas irrealistas ao nos empenharmos por um novo tratado mundial para suceder o Protocolo de Kyoto. Não devemos tornar o ótimo inimigo do bom.

Há coisas importantes que podemos fazer com base no conhecimento existente - em questões como desmatamento, eficiência energética e energias renováveis - para fazer uma grande diferença no curso da próxima década. Necessitaremos, portanto, um referencial de longo prazo de incentivos para desenvolver as tecnologias do futuro. Mas o ponto crucial é: não é este o momento de adiar as ações.

A seriedade da China - e agora da Índia -, nesse questão, o entusiasmo do Brasil e de outros países nos mercados emergentes em participar no combate às alterações climáticas, tudo isso oferece uma enorme oportunidade que deve ser agarrada. E quanto ao Ocidente, todos devemos nos lembrar do barril de petróleo em torno de US\$ 100. Existem outras razões exemplares de segurança energética pelas quais precisamos mudar a natureza das nossas economias para diminuir a dependência em relação ao carbono.

Em questões de segurança, as opções aqui são, talvez, as mais difíceis de todas. Uma opinião pública compreensivelmente frustrada diante da duração das atuais campanhas militares e das perdas de vidas no Afeganistão e no Iraque é simpática à idéia de desengajamento. Mas esse é também um terreno onde, acima de tudo, precisamos decidir em que realmente acreditamos.

A razão pela qual há, atualmente, dificuldades no Afeganistão, está no fato de que as forças que estamos enfrentando as estão criando. Essas forças estão fazendo isso valendo-se de terrorismo e brutal intimidação da população civil, e ao arrepio da expressa e clara vontade da comunidade internacional.

Repetidas vezes, fica claro que as pessoas, sendo-lhes dada a oportunidade, desejam que os governos prestem contas de suas ações, querem o Estado de direito e a possibilidade de escolher seu próprio destino. Quem usa o terror, seja no Afeganistão, Paquistão, Iraque, Somália, Iêmen - e a lista poderia continuar e continuar-, o faz para desestabilizar as nações e frustrar a vontade do povo de viver em paz.

Um desengajamento agora não deixará as pessoas livres de nossa interferência, apenas as colocará à mercê de grupos cujo extremismo ameaça o próprio modo de vida que defendemos e que aspiram. Portanto, não importa quão difícil seja, devemos lembrar no que acreditamos e porquê.

Portanto, agora é um momento, mesmo em meio a toda a incerteza, em que necessitamos de alguma clareza, e a melhor maneira de termos clareza vem de uma estratégia elaborada com base num conjunto de convicções vigorosas.

Tony Blair foi primeiro-ministro do Reino Unido de 1997 a 2007. Copyright: Project Syndicate, 2009. www.project-syndicate.org

duas décadas, salta aos olhos a valorização de empresas brasileiras, entre elas desconhecidas como Panatlântica e Metisa

Feitas para durar (Valor Econômico) 11/01/2010

Nelson Niero e Daniele Camba, de São Paulo

Elas foram feitas para durar. Veteranas da bolsa de valores, sobreviveram ao confisco do governo Collor, à abertura de mercado, às crises do México, da Ásia e da Rússia e chegaram ao fim dos anos 2000 com uma valorização mais que robusta.

Uma carteira com os papéis de empresas como Gerdau, Itaú Unibanco, Vale e Petrobras trazida desde os turbulentos anos 90 até agora seria hoje uma garantia de aposentadoria milionária. Mas talvez nem o investidor mais ousado imaginaria que no topo da lista estariam empresas completamente fora do radar.

A produtora de chapas de aço de Gravataí (RS), Panatlântica, e a fabricante de peças para máquinas agrícolas, Metalúrgica Timboense, de Timbó (SC), valorizaram 148.355% e 49.791% no período, em valores corrigidos pela inflação, números espantosos para qualquer investimento. São papéis de pouca liquidez, algo que afugenta muitos gestores de carteiras, mas não se trata dos famosos "micos", empresas quebradas que continuam subindo e descendo desenfreadamente na bolsa. As duas têm uma história consistente de receita e lucro crescentes, o que é garantia de pagamento de dividendos todo fim de período.

No entanto, mesmo a valorização acima de 40.000% para uma "blue chip" como a siderúrgica Gerdau é sem parâmetros -o Índice Bovespa subiu 5.097% no mesmo período. Nos Estados Unidos, ressaltando-se que se trata de um mercado muito mais maduro, a campeã é a Dell, com 1.490%. Entre as empresas da América Latina, com base nos dados da consultoria Economática, não há nada que se compare com a valorização das companhias brasileiras.

As duas últimas décadas contam a história do renascimento do mercado de capitais brasileiro, um mercado muito mais consistente do que a desastrosa experiência na época do "milagre econômico", nos anos 70. A retomada das aberturas de capital a partir de 2004 provavelmente não seria possível sem a estabilização da economia na década anterior, que livrou a gestão das empresas das garras da inflação.

Será difícil uma repetição de saltos como esses nos preços das ações nos próximos anos. É como se tivesse havido uma apreciação acelerada nas duas últimas décadas para trazê-las ao patamar de seus pares do mundo desenvolvido. Criar valor agora passa a ser uma questão mais milimétrica.

O processo de crescimento econômico brasileiro nos últimos anos, aliado a uma boa gestão, explica o desempenho de boa parte das vencedoras ao longo destas últimas duas décadas, acredita o diretor de investimentos da Fundação Cesp, Jorge Simino. "As histórias individuais das companhias são sempre importantes, mas certos eventos macroeconômicos são determinantes para o futuro delas", afirma.

É o caso de gigantes como Petrobras e Vale, que fazem parte do ranking das mais valorizadas. As ações da Petrobras despontaram principalmente após 1999, quando os combustíveis passaram a ser reajustados, para que a tradicional conta-petróleo pudesse contar positivamente no superávit primário de 3,25% que o Brasil tinha se comprometido em fazer junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Só para se ter ideia do impacto de tal medida para a Petrobras, suas ações ordinárias (ON, com voto) subiram 411,5% em 1999, corrigido pela inflação. "É inegável que a gestão da companhia melhorou ao longo dos anos, mas a medida macroeconômica na conta-petróleo foi mais importante do que qualquer governança", explica.

Para a Vale, o crescimento da China e, conseqüentemente, o expressivo aumento do minério de ferro foram decisivos para a valorização dos papéis, principalmente a partir de 2000. O preço do minério subiu de US\$ 20 por tonelada para US\$ 80 em alguns anos. No caso da mineradora, a privatização em 1997 foi um divisor de águas na gestão.

Existem também exemplos de boa gestão na veia. Gerdau é um deles. Simino lembra da época em que era analista e no banco em que trabalhava costumava-se dar três notas para as empresas: no aspecto financeiro, no operacional e no comercial. "Era muito difícil encontrar uma companhia que tivesse nota boa nas três áreas, e a Gerdau conseguia."

No grupo das perdedoras existe um denominador comum: a abertura comercial no início da década de 90, que dizimou o setor têxtil, por exemplo. Não é à toa que Teka, Tecelagem São José, Botucatu Têxtil, Schlosser e Tecelagem Blumenau estão entre as maiores desvalorizações. A abertura comercial também prejudicou o setor de autopeças.

A pergunta que todo investidor deve estar se fazendo agora é quais serão as ganhadoras dos próximos 20 anos. Simino acredita que nomes como Petrobras, Vale, Gerdau e Itaú Unibanco continuarão na lista. Já entre as debutantes, ele arrisca que estejam empresas do setor imobiliário, cujo crescimento parece estar apenas no começo.

Gestão explica resultados na bolsa em duas décadas (Valor Econômico) 11/01/2010

Nelson Niero e Daniele Camba, de São Paulo

Investimentos em ações de empresas brasileiras nos últimos vinte anos deram retornos estratosféricos

O longo prazo compensa. Os investimentos em um grupo seletivo de ações de empresas brasileiras nas últimas duas décadas deram retornos estratosféricos. Os papéis preferenciais da siderúrgica Gerdau ficaram na casa dos 40.000%, em valores deflacionados. Itaú Unibanco, Vale e Petrobras vieram em seguida com números não menos admiráveis.

O mais interessante, no entanto, é que, além dessas "blue chips", aparecem desconhecidas do grande público como a Panatlântica, beneficiadora de chapas de aço de Gravataí (RS), que valorizou nada menos que 148.355%, e a Metalúrgica Timboense (Metisa), fabricante de peças para máquinas agrícolas de Timbó (SC), com quase 50.000%.

São papéis de pouca liquidez, algo que afugenta gestores de carteiras, mas têm história consistente de receita e lucro crescentes, o que é garantia de pagamento de dividendos todo fim de período.

O processo de crescimento econômico brasileiro nos últimos anos, aliado à melhoria da gestão, explica o desempenho de boa parte das vencedoras ao longo dessas últimas duas décadas, na opinião de Jorge Simino, diretor de investimentos da Fundação Cesp. "As histórias individuais das companhias são sempre importantes, mas certos eventos macroeconômicos são determinantes para o futuro delas", afirma.

A tese se aplica também às empresas que mais perderam no período: a abertura comercial no início da década de 90, que dizimou o setor têxtil, por exemplo. Teka, Tecelagem São José, Botucatu Têxtil, Schlosser e Tecelagem Blumenau estão entre as maiores desvalorizações.

Para os próximos 20 anos, empresas tradicionais têm grande chance de permanecer entre as vencedoras. Difícil é descobrir a nova Panatlântica. Para Simino, o setor imobiliário deve trazer boas surpresas.

De Olho na Bolsa:

Ciclo de crescimento reforça ações locais (Valor Econômico) 11/01/2010

Daniele Camba

Desde o ano passado, com o pior da crise internacional tendo ficado pra trás e um processo de recuperação da economia brasileira mais forte do que em outros países, as ações voltadas ao mercado interno e mais ligadas aos ciclos econômicos passaram a ser as queridinhas tanto dos analistas quanto dos investidores. Não é à toa que várias delas tiveram desempenhos invejáveis ao longo do ano passado enquanto os papéis de commodities subiram de forma bem mais modesta. A dúvida agora na cabeça dos investidores é se, mesmo com o Brasil crescendo bem nos próximos anos, essas ações já não subiram demais e, portanto, devem começar a perder fôlego.



Para o estrategista do banco Santander, Marcelo Audi, a resposta é não. Muito pelo contrário. Em um extenso relatório que será apresentado amanhã, em Cancún, num evento que reúne os 200 maiores clientes investidores de ações do banco no mundo todo e 150 empresas latino-americanas de capital aberto, Audi mostra os principais argumentos para os papéis do mercado interno continuarem como os mais recomendados. O principal motivo é o fato de o crescimento econômico do Brasil nos próximos anos ser muito mais sustentável e menos volátil do que entre 2004 e 2008.

Audi lembra que, nesse período, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi extremamente errático: crescia 1,5%, alguns trimestres depois crescia 6% e depois voltava para 1%, 2%. A partir de agora, pelas suas projeções, o PIB deve passar a crescer entre 5% e 6% de forma consistente pelos próximos anos. "Um crescimento econômico de melhor qualidade, ou seja, menos volátil, é muito favorável para o mercado de ações como um todo e reforça a preferência pelos setores domésticos", diz Audi.

Entre as recomendações do Santander estão Lojas Americanas, CCR, ALL, Localiza, Iochpe-Maxion, Randon, MRV, Cyrela, Magnesita, Cielo, Itaú Unibanco e Amil. A Vale é a única empresa de commodities que faz parte desse grupo. Isso porque o banco espera que a companhia consiga em seus contratos um aumento de 25% no preço do minério de ferro. Audi minimiza o impacto da alta acentuada que alguns desses papéis tiveram em 2009. "A valorização foi muito mais uma correção às quedas expressivas que ocorreram no ano anterior; as altas a partir de agora é que vão refletir os fundamentos da economia e das companhias", avalia ele.

As razões para um crescimento melhor



Existem algumas grandes razões para o crescimento a partir de agora ser mais sustentável. Uma delas é o cenário de inflação moderada e, conseqüentemente, de um aumento na taxa de juros bem mais suave do que antes do último ciclo

de crescimento, diz Audi. Isso significa que um aperto monetário mais modesto resulta num aumento menor do custo de financiamento das companhias que precisam de crédito. Este é o caso de várias empresas de varejo e consumo.

A curva de juros futuros mostra como o mercado espera aumentos mais tímidos na taxa Selic. No ciclo de crescimento econômico anterior, quando se começou a ventilar a possibilidade de elevação da Selic, o swap de juros de um ano chegou a subir 4 pontos percentuais em apenas dois meses. Já desta vez, ele subiu 1,5 ponto percentual ao longo de quatro meses.

Os outros motivos para o crescimento atual ser melhor são: a confiança do consumidor ainda crescente, expansão do crédito, investimentos em produção que significam um aumento da demanda sem pressão inflacionária, gargalos menores em infraestrutura, além de reservas internacionais maiores.

Com todo esse cenário benigno, a projeção do Santander para o Ibovespa é de 80 mil pontos para o fim do ano. Não é pouco? Audi explica: "Com o Brasil tendo fundamentos e crescimento dignos de países desenvolvidos, o desempenho da Bovespa também será próximo ao das bolsas dessas nações", completa.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

Em busca da energia limpa (*Correio Popular/ Opinião*) 11/01/2010

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

A grande questão com que o mundo está às voltas, neste momento, é a de reestruturar sua matriz energética, nela substituindo a maior fração possível de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e seus derivados) pelas chamadas energias limpas e renováveis.

É tarefa de difícil execução. Há 150 anos, Edwin Drake, após perfurar apenas 30 metros, pôs em funcionamento o primeiro poço de petróleo bem-sucedido, no estado norte-americano da Pensilvânia. Nas décadas seguintes, a participação do petróleo e seus derivados na vida da humanidade ampliou-se de maneira incessante.

O consumo crescente levou o homem a buscá-lo e extraí-lo em profundidades cada vez maiores, com o uso de tecnologias de perfuração, bombeamento e transporte de complexidade e custo cada vez maior.

Os avanços trazidos pelo petróleo e pelas tecnologias que, no último século e meio, começaram a fazer parte da vida humana não reduziram o uso das fontes tradicionais de energia, como a lenha. Esta ainda hoje é amplamente utilizada como combustível, fato que continua a varrer florestas ao redor do Globo.

Há pouco terminou, em Copenhague, na Dinamarca, a Cop 15, 15ª Conferência da ONU sobre mudanças climáticas. Os pífios resultados obtidos evidenciam a dificuldade de, sem avanços dramáticos na formatação de uma nova matriz energética, conciliar os atuais padrões de consumo da humanidade com a preservação de biomas que, para subsistir, reclamam condições específicas de clima, hoje em acelerado processo de modificação.

Os resultados obtidos pelo Brasil nesse domínio são vigorosos, mas não caracterizam uma alternativa para a humanidade.

A transformação de vastas extensões do nosso território em canaviais permitiu que parte considerável da nossa frota de automóveis utilize como combustível o etanol. Em paralelo, gerou ou agravou problemas sérios, para os quais ainda não temos resposta. Estão, nesse caso, episódios de mão de obra escrava, a queima de quantidades gigantescas de palha de cana e as recorrentes tentativas de se estender o cultivo da cana à Floresta Amazônica ou ao Pantanal.

Avançamos na produção do biodiesel, mas o óleo diesel que aqui produzimos ainda é, de todo planeta, um dos mais fortemente agressivos à vida humana e ao meio ambiente.

Também precisamos encontrar meios e modos concretos de proteger nossos biomas ameaçados, que incluem, além da Amazônia e do Pantanal, o cerrado. Resolvermos esse feixe de questões é a nossa lição de casa, difícil e trabalhosa.

Em paralelo e sem prejuízo das pesquisas na área dos combustíveis, tantos os fósseis quanto os vegetais renováveis, precisamos definir um sério esforço científico e tecnológico voltado para o domínio do ciclo do hidrogênio.

A energia obtida daquele gás, que compõe a atmosfera do planeta, é, pelos parâmetros científicos atuais, a única que pode saciar a fome de energia da nossa civilização sem comprometer os padrões climáticos ou afetar os biomas em cujo contexto a civilização cresceu e sobrevive.

Antonio Carlos Pannunzio é deputado federal, engenheiro e membro da CCJ.

ABCE promove curso sobre aspectos físicos e regulamentação do setor elétrico (CanalEnergia) 11/01/2010

Glossário, leis de regência e regulação são alguns dos temas abordados na atividade, que acontece de 22 de fevereiro a 6 de dezembro

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica promoverá, de 22 de fevereiro a 6 de dezembro, o curso "O Setor de Energia Elétrica: Aspectos Físicos e Regulamentação". A atividade é destinada a advogados, engenheiros e economistas que atuem ou pretendam atuar na área jurídica, regulatória e comercial do setor elétrico.

Aspectos do setor de energia brasileiro, glossário, problemas setoriais, leis de regência, regulamentação e regulação são alguns dos temas abordados. A programação completa e os pedidos de inscrição estão disponíveis no site da associação (www.abce.org.br).

Serviço

Curso: O setor de energia elétrica: aspectos físicos e regulamentação

Data: de 22 de fevereiro a 6 de dezembro

Local: Auditório da ABCE/SIESP (Rua da Consolação, 2.697, 1º andar, Cerqueira César, São Paulo)

Informações: curso.ee@uol.com.br e, no caso dos associados da ABCE, pelo e-mail cursos@abce.org.br.

Conta de luz pode vir errada novamente (Folha de SP) 10/01/2010

Três meses após a Folha revelar falha em cálculo que pune consumidor com tarifas mais altas, nenhuma medida foi tomada

Novo período de reajustes tarifários das distribuidoras de energia começa no mês que vem sem que erro na conta tenha sido corrigido

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

Três meses depois de revelado o erro no modelo de cálculo da conta de luz do brasileiro, nenhuma providência efetiva até agora foi tomada para evitar que os consumidores voltem a ser penalizados pelo modelo distorcido de reajuste que beneficia as distribuidoras. E o tempo está se esgotando.

No dia 3 de fevereiro começa a "safra" 2010 de reajustes tarifários sem que qualquer iniciativa -seja dos órgãos de defesa do consumidor, seja da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), seja do Ministério de Minas e Energia- indique, pelo menos, a correção da falha a partir de agora. No mês que vem, sete distribuidoras terão, conforme determina os contratos, a homologação pela Aneel dos novos IRTs (índices de reajuste tarifário).

O período se estende até 14 de dezembro, quando a 63ª distribuidora receberá o reajuste. As novas tarifas para grandes concessionárias que abastecem São Paulo, Minas e Rio de Janeiro ocorrem em sequência. A Ampla, que atende parte do Rio de Janeiro, saberá o reajuste em março. Cemig e CPFL (que abastecem Minas Gerais e o interior de São Paulo, respectivamente) recebem os índices em abril. Já a AES Eletropaulo, responsável pelo abastecimento da Grande São Paulo, terá o reajuste em 4 de julho.

Reportagem da Folha publicada em outubro passado revelou que uma falha na metodologia de cálculo do IRT transfere, de forma indevida, bilhões de reais dos consumidores para as distribuidoras. A falha decorre da impossibilidade no modelo de devolver aos consumidores ganhos de escala obtidos com a expansão do mercado brasileiro, conforme reza a lei do setor elétrico.

Segundo cálculos do TCU (Tribunal de Contas da União), a falha -classificada como "grave"- transfere todos os anos pelo menos R\$ 1 bilhão dos consumidores de energia elétrica para as distribuidoras. O cálculo considera a expansão média de 5% do mercado nacional, como em regra tem acontecido, inclusive em avaliações do governo.

Essa conta pode já ter superado os R\$ 7 bilhões, valor ainda não conhecido devido à posição da Aneel de considerar inviável o levantamento da cifra. A informação foi pedida pela CPI das Tarifas de Energia Elétrica, mas foi negada pela

Aneel. A negativa foi entendida como ato de obstrução à CPI, o que ensejou um pedido ao Ministério Público Federal para que investigue por prevaricação o atual diretor-geral da agência, Nelson Hubner.

A única resposta efetiva da Aneel foi a convocação de uma consulta pública a fim de coletar contribuições para a elaboração de um termo aditivo ao contrato de concessão, iniciativa inédita no país. A agência recolheu as contribuições, mas até agora não publicou resolução informando sobre quando e como será feita a correção dos contratos para evitar a repetição do erro nas contas.

O prazo para isso está se esgotando. Sem o aditivo aos 63 contratos de concessão, a direção da Aneel voltará a homologar os novos índices de reajuste baseando-se no modelo errado. No ano passado, antes da revelação da falha, a Aneel chegou a encaminhar um ofício ao Ministério de Minas e Energia no qual listava o prejuízo imposto aos consumidores brasileiros só no primeiro semestre.

Silêncio

Procurado, o diretor-geral da Aneel informou que não se pronunciará sobre o assunto. A agência diz, contudo, que a compilação das contribuições da consulta pública avança e que o aditivo ao contrato poderá ser avaliado pela direção da Aneel até o fim deste mês.

O colegiado da agência de regulação pode aprovar o texto ou recusá-lo. Mas, se aceitá-lo, nada garante que resolverá o problema. A Aneel afirma que não pode impor às concessionárias a assinatura de um aditivo ao contrato, posição refutada pelo próprio governo. A agência conta com uma atitude voluntária das distribuidoras.

A Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), também procurada, mantém o silêncio sobre o caso. Beneficiada pelo erro, aguarda o novo ciclo de reajustes que se avizinha.

Procuradoria prepara ações contra reajuste (Folha de SP) 10/01/2010

DA REPORTAGEM LOCAL

O MPF (Ministério Público Federal) tem pronta a minuta das ações civis públicas contra a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e as 63 distribuidoras do país. Mas, antes de ingressar num confronto imprevisível e que pode durar anos no Judiciário, o MPF faz as últimas tentativas para abrir diálogo com a agência.

O objetivo ainda é o mesmo: convencer a Aneel a usar sua autoridade para promover as alterações contratuais para corrigir o erro nas contas de luz. Há três meses, o Ministério Público tenta abrir diálogo com a Aneel. Sem sucesso.

"O prazo está se esgotando, tem que haver alguma posição até o fim deste mês, porque no início de fevereiro os reajustes começam a ser feitos e temos de evitar que eles continuem a ser aplicados de forma errada", diz Marcelo Ribeiro, promotor público federal e coordenador do grupo de trabalho para questões de energia do MPF.

Segundo ele, as unidades locais do órgão têm autonomia para propor ações, mas estão aguardando a tentativa ainda frustrada de um acordo. Ribeiro explica que as unidades do Distrito Federal, de São Paulo, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul abriram inquéritos para investigar a falha na conta de luz e se preparam para ingressar com ações contra a Aneel, o governo federal e as distribuidoras de energia.

Ribeiro afirma que há dúvidas ainda se na ação o MPF pede a suspensão de todos os reajustes tarifários enquanto não se resolve a falha na metodologia ou se pede ao Judiciário a proibição de aplicação das regras da CVA (conta de variação da parcela A) no IRT (índice de reajuste tarifário). É por esse mecanismo que a Aneel ajusta a fatia da tarifa de energia elétrica da qual as distribuidoras não podem (como ocorre agora) obter ganhos.

A Pro Teste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), entidade que congrega mais de 200 mil associados no país, aguarda a publicação pela Aneel da resolução, a partir da qual se tornarão públicas as providências adotadas pelo regulador. "Até agora, infelizmente, nenhuma providência foi tomada. A Pro Teste irá esperar mais alguns dias antes de rumar para o caminho judicial", diz Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Pro Teste. O prazo termina na primeira quinzena deste mês.

A associação pressiona a Aneel com ofícios pedindo o aditamento dos contratos, mas a iniciativa tem dado pouco resultado. A entidade tem defendido ações de improbidade administrativa contra a direção da Aneel, por considerar que a agência é omissa ao não determinar o acerto do contrato, hoje desfavorável aos consumidores brasileiros. (AB)

Uma recuperação sem empregos? (Folha de SP) 10/01/2010

A lição da recessão é clara. O ponto fraco do capitalismo não é o mercado de trabalho, mas o mercado financeiro. Na pior das hipóteses, as falhas do mercado de trabalho impõem modestos custos sociais por ineficiência, enquanto as falhas dos mercados de capitais prejudicam severamente a sociedade, e os mais graves problemas são infligidos aos trabalhadores, e não aos responsáveis pelos desastres financeiros

RICHARD FREEMAN ESPECIAL PARA O PROJECT SYNDICATE

Quem sofrerá mais e por mais tempo com a implosão que abalou Wall Street entre 2008 e 2009 e a recessão mundial subsequente? Não os banqueiros e os financistas que criaram o desastre.

Alguns financistas, como Bernard Madoff, terminarão na prisão por fraude. Mas, ainda que Madoff representasse só a ponta do iceberg de delitos financeiros, a maior parte dos financistas suspeitos não precisará temer a prisão, ou porque manipulava as leis sem exatamente violá-las ou porque impropriedades financeiras mais sutis do que fraudes escancaradas são difíceis de provar.

Alguns presidentes de bancos se aposentarão, envergonhados, mas com imensas indenizações para aliviar suas mágoas, como os US\$ 55 milhões conferidos a Ken Lewis, do Bank of America, a título de presente de despedida, ou os 25 milhões de libras que formarão a pensão de Fred Goodwin, do Royal Bank of Scotland.

Mas, estimulados pelo dinheiro de resgate dos governos, pelas garantias públicas e pelas baixas taxas de juros, muitos bancos já voltaram a pagar aos seus principais executivos imensas bonificações, enquanto combatem vigorosamente as reformas concebidas para restringir suas práticas de risco e os salários excessivos.

Os grandes perdedores, neste desastre econômico, são os trabalhadores dos países avançados, que acreditaram na flexibilidade do capitalismo "laissez-faire" dos EUA. De 2007 a outubro de 2009, quase oito milhões de empregos foram perdidos nos Estados Unidos, o que reduziu a proporção de pessoas empregadas na população de 63% a 58,5%. O índice de desemprego no final de 2009 estava acima dos 10%. A duração do desemprego é a mais longa desde a Grande Depressão, milhões de pessoas tiveram suas jornadas de trabalho reduzidas e outras milhões foram desencorajadas a procurar trabalho dada a falta de empregos.

Países avançados como Canadá, Japão e as nações da União Europeia também sofreram severas perdas de emprego, que perdurarão por muito tempo. A Espanha, que permite uso generalizado de contratos temporários de trabalho, teve a maior alta de desemprego porque os trabalhadores podem ser demitidos com a mesma facilidade que os norte-americanos.

Alguns países, entre os quais Alemanha, Coreia do Sul e Suécia, "ocultaram" seu desemprego ao forçar empresas a manter trabalhadores em suas folhas de pagamento. Isso pode funcionar no curto prazo, mas não haverá como sustentar a prática ao longo do tempo.

Emprego atrás do PIB

Dos anos 80 à metade dos 2000, o emprego tem mostrado atraso cada vez maior com relação ao PIB (Produto Interno Bruto) nas recuperações econômicas. Nos Estados Unidos, houve uma recuperação sem empregos na era do presidente Bill Clinton, até que surgisse o boom da internet no final dos anos 90, e nova recuperação sem empregos sob a gestão de George W. Bush, depois da crise de 2001.

No começo dos anos 90, a Suécia sofreu uma imensa recessão precipitada por uma bolha na habitação e uma crise bancária. O índice de desemprego no país subiu de 1,8% em 1990 para 9,6% em 1994, antes de recuar para 5% em 2001.

Passados 16 anos da crise, o índice sueco de desemprego é de 6,2%, mais que o triplo do vigente em 1990. Em 1997, a Coreia do Sul sofreu não apenas com a crise financeira asiática mas também com a insistência dos EUA e do FMI (Fundo Monetário Internacional) para que elevasse suas taxas de juros e empreendesse reformas ao estilo Consenso de Washington.

O nível de emprego foi recuperado, mas primordialmente por conta de vagas "irregulares", com baixos benefícios, salários modestos e baixo nível de segurança. A desigualdade na Coreia do Sul, por exemplo, que tinha níveis moderados, tornou-se a segunda mais elevada entre os países avançados da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), atrás só dos Estados Unidos.

A debilidade do mercado de trabalho representa um imenso fardo para o bem-estar pessoal e o bem-estar da economia. Os jovens em busca de um primeiro emprego e trabalhadores experientes que percam empregos devido a um mercado de trabalho fraco sofrem perdas econômicas que durarão pelo restante de suas vidas. Os estudos de satisfação pessoal demonstram que o desemprego reduz a felicidade de forma tão intensa quanto a perda de um familiar.

É difícil imaginar que os Estados Unidos voltem a encontrar o pleno emprego, ao menos em um prazo previsível. De 1993 a 1998, os EUA criaram milhões de postos de trabalho, e isso elevou em 5,4 pontos percentuais o índice de emprego no país.

Caso o emprego começasse a crescer com essa intensidade em 2010, apenas em 2015 o país teria retornado ao patamar que detinha antes da recessão. E a recuperação lenta nos EUA vai retardar a recuperação nos demais países avançados, reduzindo o nível de emprego também em seus mercados.

Flexibilização

No começo dos anos 90, muitos analistas consideravam que a baixa sindicalização, as práticas de emprego sumárias, a proteção judicial limitada e o alto giro de mão de obra dos Estados Unidos representavam fatores importantes para que o país registrasse desemprego inferior ao da maioria das nações da União Europeia. Muitos países da OCDE deram início

a diversas modalidades de reforma trabalhista para promover a flexibilidade, na esperança de conseguir que suas economias melhorassem em linha com as práticas dos EUA.

A ideia de que a flexibilidade é um fator essencial para o emprego deixou de ser sustentável. Em sua perspectiva de emprego para 2009, a OCDE observou de forma rigorosa as políticas de reforma que sempre defendeu e descobriu que elas deixavam a desejar no que tange a ajudar países a enfrentar uma recessão causada por motivos financeiros. De acordo com o órgão, "não parece haver qualquer razão forte para esperar que as recentes reformas estruturais signifiquem que os mercados de trabalho da OCDE sejam hoje significativamente menos sensíveis a retrações econômicas severas".

Assim, a lição da recessão é clara. O ponto fraco do capitalismo não é o mercado de trabalho, mas o mercado financeiro. Na pior das hipóteses, as falhas do mercado de trabalho impõem modestos custos sociais por ineficiência, enquanto as falhas dos mercados de capitais prejudicam severamente a sociedade, e os mais graves problemas são infligidos aos trabalhadores, e não aos responsáveis pelos desastres financeiros. Além disso, a globalização significa que uma falha nos mercados de capitais norte-americanos espalha miséria pelo mundo todo.

Devemos aos trabalhadores que caíram vítimas da recessão uma reinvenção das finanças de maneira que funcionem como forma de enriquecer a economia real, em lugar de enriquecer apenas os financistas.

Isso significa mudar os incentivos e as regras que governam os setores financeiros. Já que as economias e os empregos de outros países também estão em jogo, é obrigação dos EUA realizar reformas financeiras significativas.

RICHARD FREEMAN é professor de Economia na Universidade Harvard e codiretor do programa de mão de obra e vida profissional na Escola de Direito de Harvard. Ele também é pesquisador sênior de mercados de trabalho no Centro de Desempenho Econômico da London School of Economics e dirige o Science and Engineering Workforce Project (SEWP) no Serviço Nacional de Pesquisa Econômica dos Estados Unidos.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

País cresce no mercado de trabalho global (Folha de SP) 10/01/2010

Brasil vive processo semelhante ao de Irlanda e Espanha, de país exportador de mão de obra a importador de trabalhadores

Em 1995, brasileiros traziam US\$ 37 para cada US\$ 1 que estrangeiros remetiam; hoje, essa proporção é de US\$ 2,7 para cada US\$ 1

A peruana Maria Jesus, que vive em SP há pouco mais de 1 ano

ÁLVARO FAGUNDES
DA REDAÇÃO

A peruana Maria Jesus, 43, natural de Lima e que nos últimos meses tem trabalhado como babá em São Paulo, diz que envia, "quando pode", US\$ 100 para a sobrinha-neta no país de origem. E é assim, com pequenas quantias, que vem se formando um movimento que bateu recorde no fim de 2009 e que promete fazer barulho nos próximos anos: o de remessas de trabalhadores estrangeiros, especialmente sul-americanos.

Para especialistas, o país está passando hoje por um estágio que Espanha e Irlanda já atravessaram, de transição entre um país que apenas envia imigrantes para um que também recebe estrangeiros. Eles calculam que, em dez anos, esse mercado vai crescer 15 vezes, alcançando US\$ 10 bilhões (cerca de 10% do PIB da Bolívia, um dos países que mais recebem remessas do Brasil).

Reforçada pelo retorno de brasileiros devido à crise nos países ricos e pela menor quantidade de remessas dos que ficaram fora, essa mudança já pode ser sentida. Atualmente, para cada US\$ 2,7 que entram no país de remessas de trabalhadores, US\$ 1 sai para o exterior -a menor diferença desde ao menos 1995, quando ela chegou a US\$ 37 para cada US\$ 1. Ainda em 2004, a proporção era de US\$ 15 entrando para cada US\$ 1 que deixava o país.

Como ocorreu com o restante da economia brasileira, o mercado de remessas sofreu fortemente os efeitos da crise global nos últimos três meses de 2008, mas começou o processo de retomada já no início do ano passado, que culminou com o recorde de US\$ 184 milhões entre julho e setembro (dado mais recente disponível) e confirmou um processo de alta que teve início em 2004, segundo o Banco Central.

Os dados do Banco Central, no entanto, representam cerca de 40% do total, já que a maioria dos imigrantes prefere enviar dinheiro por doleiros, por parentes que viajam para o país ou por carta -verba que não passa pelas contas oficiais. "Esse mercado vem crescendo tremendamente. O Brasil está atraindo muita gente, e o mercado formal está avançando também", diz Odilon Almeida, presidente da ABMTransf (que reúne as instituições de transferência de dinheiro).

"O Brasil virou um polo de atração. Com a nossa economia e a moeda forte, toda essa comunidade da América do Sul e Central está voltando os seus olhos para cá", afirma Almeida, que diz que é nítido o avanço no número de transações.

Para Gregory Watson, analista do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), alguns motivos explicam por que o Brasil se tornou um "ímã" para os vizinhos. Um deles é que a economia brasileira se saiu da crise melhor que a espanhola e a norte-americana (os dois principais destinos dos migrantes latino-americanos). Outros fatores são a proximidade geográfica e a facilidade de atravessar a fronteira. "Você não precisa pegar um avião, pode entrar em um ônibus ou em um trem", afirma Watson.

Ele diz que, enquanto a economia estiver bem, não há motivos que interrompam esse movimento de entrada de estrangeiros, mas que esse público será formado principalmente por trabalhadores com baixa qualificação profissional.

Avanço na América do Sul

Mas não é só na contabilidade brasileira que os números chamam a atenção; eles também impressionam do outro lado da fronteira. Na Bolívia, por exemplo, o Brasil era a 11ª principal origem das remessas em 2007 e avançou para a quinta colocação no ano passado (levando em conta os nove primeiros meses de 2009), com um crescimento de 814%.

Outro destaque é o Equador: no início de 2007, o Brasil era o 27º país na lista dos que mais mandavam dinheiro. Porém, com um avanço de 324% em relação a 2007, o país estava na 15ª colocação no terceiro trimestre de 2009, ultrapassando até países de língua espanhola como Argentina e Venezuela.

No Paraguai, o país passou da décima posição, em 2007, para a nona, e os valores enviados até outubro do ano passado já superaram o total de 2008, que, por sua vez, era mais que o dobro do ano anterior.

Vannuchi ameaça sair se plano for alterado (*Folha de SP*) 10/01/2010

Ministro diz que pedirá demissão a Lula se modificação em programa de direitos humanos incluir punição a torturado

"Meu pedido de demissão não abala o Brasil", afirma Vannuchi, para quem "é diferente investigar torturador e torturado"

Ministro Paulo Vannuchi, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional e Direitos Humanos

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

O secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, disse ontem à Folha que é "um fusível removível" no governo e pedirá demissão caso o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos seja alterado para permitir a investigação de militantes da esquerda armada durante a ditadura militar (1964-1985), como exigem o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e as Forças Armadas.

"A minha demissão não é problema para o Brasil nem para a República, o que não posso admitir é transformarem o plano num monstro político único no planeta, sem respaldo da ONU nem da OEA", disse.

Ele condena a tentativa de colocarem no mesmo nível torturadores e torturados. Uns agiram ilegalmente, com respaldo do Estado, os outros já foram julgados, presos, desaparecidos e mortos, comparou o secretário, citando o próprio presidente Lula, que foi julgado e condenado a três anos (pena depois revista) por liderar greves no ABC.

Lula volta ao trabalho amanhã espremido entre o amigo e assessor de mais de 30 anos e ministros como Jobim e Reinhold Stephanes (Agricultura), que têm sido críticos ácidos do plano de direitos humanos, ao lado de outros setores, como a Igreja e a imprensa.

Vannuchi aposta que Lula tentará uma opção intermediária: "O presidente Lula é construtor de caminhos de meio termo. Mas, se não for possível, não posso ficar. Vou optar pelo caminho da Dona Lindu [mãe de Lula]: sempre de cabeça erguida", disse.

Não é a primeira ameaça de demissão no governo por causa do plano. A primeira crise surgiu em dezembro quando os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, fizeram a mesma ameaça só que por motivos opostos.

A pressão era para que Lula revogasse trechos do plano que, entre outras coisas, cria uma "comissão da verdade" para apurar torturas. Os militares classificaram o documento como "excessivamente insultuoso, agressivo e revanchista" às Forças Armadas.

Ficando ou saindo, Vannuchi diz que o saldo do plano já é amplamente positivo, "porque provocou um intenso debate interno sobre Direitos Humanos, abarcando as posições dos mais diferentes setores. Que sejam necessários ajustes, não me oponho, mas há limites".

Segundo ele, "as críticas são desproporcionais e baseadas em interpretações equivocadas". Na sua opinião, o plano "não é uma peça da esquerda radical, é uma construção que, eventualmente, contém imperfeições e até erros, mas fundamentada em elementos essenciais da democracia".

Um dos equívocos que aponta foi cometido, segundo ele, por Stephanes e pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Para Vannuchi, "não é possível ser contra o agronegócio, como eles dizem, mas é preciso garantir que não oprima, não viole, não asfixie a agricultura familiar e o médio produtor".

Nos itens sobre a descriminalização do aborto, ele admite mudanças para deixar o texto mais aberto, menos específico. Esse é um ponto nevrálgico, porque produziu uma reação firme da Igreja, aliada da causa dos Direitos Humanos.

O centro da discussão, porém, está na questão militar. Vannuchi e Jobim concordam num ponto: o plano não propõe o fim da Lei da Anistia, tanto que o item dois do capítulo 6 cita a lei, reconhecendo, portanto, sua legitimidade. "Pena que cita o número e a data da lei, e as pessoas não reconheceram ali a Lei da Anistia", disse Vannuchi.

Ele passou ontem pelo menos duas horas, lendo tanto as críticas que se avolumam nos jornais quanto o próprio texto, para fazer uma autocrítica: "Estou revendo ponto por ponto, com reflexão, com humildade, mas a decisão é do presidente Lula".

De férias numa praia, Vannuchi aguarda a convocação do presidente a qualquer momento para debate o plano. É possível que isso ocorra simultaneamente ou logo depois da reunião de Lula com Jobim para o debate do plano. A tensão é nítida dos dois lados.

Petrobrás recupera poder com compra da Quattor pela Braskem (*O Estado de SP*) 10/01/2010

Embora crie um monopólio, especialistas avaliam que operação deve reduzir custos dos insumos no Brasil

Nicola Pamplona, RIO

Prestes a ser anunciada, a incorporação da Quattor à Braskem será o passo definitivo do processo de retorno da Petrobrás ao setor petroquímico, cinco anos após a virada promovida pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Um passo que não estava previsto no projeto original, mas que, para a direção da estatal, garante ao Brasil musculatura na briga com as gigantes internacionais. Para especialistas, embora crie um monopólio, a operação pode desatar nós da petroquímica brasileira, como conflitos societários e falta de competitividade dos insumos.

A proposta original era manter dois grandes grupos, um capitaneado pela Odebrecht, controladora da Braskem, e outro que consolidaria os ativos do Sudeste, cujo parceiro preferencial acabou sendo a Unipar. Em paralelo, a Petrobrás projetou uma série de ampliações da capacidade produtora de matérias-primas, além de iniciar três grandes investimentos na produção de resinas: a Petroquímica Paulínia S.A. (PPSA), com a Braskem, a Petroquímica Suape, inicialmente com a Vicunha, que acabou desistindo do negócio, e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), ainda sem parceiros.

O retorno da Petrobrás à petroquímica, uma década após a venda de grande parte dos ativos da estatal no setor pelo governo Fernando Collor de Mello, foi coordenado pela então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff com o objetivo de garantir a retomada dos investimentos - não havia sequer um projeto de expansão em 2003, lembra o diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa. A estratégia de escolher parceiros teve como objetivo evitar críticas sobre uma possível reestatização.

Dos novos investimentos, porém, apenas a PPSA tem parceiro privado - a própria Braskem, na qual a estatal tem uma participação de 25%. Internamente, a companhia construiu três unidades de propano em suas refinarias, que garantiram a expansão da Petroquímica União (PQU), na época controlada pela Unipar, e o abastecimento de outros clientes. Em Suape, com a saída da Vicunha, a estatal negocia um novo sócio. Já no Comperj ainda não apareceram propostas firmes de parceria.

No mercado, comenta-se que não há empresas dispostas a dividir os vultosos investimentos do Comperj, que superam os US\$ 8 bilhões. Em entrevista ao Estado no fim do ano, Costa garantiu que ainda negocia com diversos investidores para compartilhar as plantas de segunda geração, que produzem a matéria-prima para a indústria. Enquanto isso, diz o executivo, a estatal toca as obras da refinaria que é parte do projeto, com capacidade para processar 150 mil barris de óleo pesado da Bacia de Campos por dia.

A criação da Nova Braskem, empresa resultante da incorporação da Quattor, deve resolver esse problema. Costa não garantiu a participação da companhia no Comperj, mas admitiu que o projeto terá "um novo arranjo" após a operação. A própria Braskem já demonstrou interesse em participar da nova central e, segundo fontes próximas, a questão está presente na negociação sobre a consolidação dos ativos petroquímicos.

Para o especialista Otávio Carvalho, sócio da consultoria MaxiQuim, esse é um dos aspectos positivos da operação em negociação entre Odebrecht e Petrobrás. Embora alerte para os riscos naturais de um monopólio, ele diz que a criação de uma grande empresa com controle compartilhado com a estatal pode destravar os investimentos necessários para a competição em nível global. Na avaliação da MaxiQuim, em 10 anos, o Brasil poderá assumir papel relevante na petroquímica mundial - hoje, produz pouco menos de 4 milhões de toneladas de resinas.

"O crescimento da produção nacional de petróleo, com o pré-sal, e da capacidade de refino, garantem as bases para investimentos em ampliação da petroquímica." Processo que, pelo modelo atual, estaria travado em disputas societárias

e, principalmente, na falta de competitividade da nafta brasileira, matéria-prima para as resinas. Como sócia importante na Nova Braskem, a Petrobrás poderá arbitrar melhor suas margens ao longo da cadeia, garantindo insumos competitivos.

"Do jeito que está hoje, até pode haver novos projetos, mas voltados apenas para o mercado interno", aponta o especialista. O governo Lula, por sua vez, já deixou claro que pretende agregar valor, no Brasil, ao petróleo do pré-sal, exportando matérias-primas mais elaboradas em vez de óleo cru. A ampliação do parque petroquímico, portanto, teria como objetivo absorver produtos de refinarias que não são usados na produção de combustíveis. A expectativa é que novos polos petroquímicos sejam construídos no entorno das refinarias premium projetadas para o Ceará e para o Maranhão.

Costa, da Petrobrás, vê o movimento como parte de uma tendência mundial de deslocamento da produção petroquímica para países emergentes. Unidades americanas e europeias, já obsoletas, deixarão de operar, abrindo mercado para novos polos. "Esses países têm problemas ambientais sérios, não comportam novas unidades. Países como Brasil, China, Arábia Saudita e Índia vão suprir a lacuna", diz. Ele defende a criação de uma gigante petroquímica nacional, que possa competir nesse novo cenário. "Hoje não tem petroquímica com mercado local. Petroquímica é mercado mundial".

Revisão eleva superavit comercial (Folha de SP) 09/01/2010

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Ministério do Desenvolvimento divulgou ontem uma alteração nos dados consolidados da balança comercial brasileira de 2009, com a inclusão de US\$ 758 milhões em exportações de energia elétrica e uma redução de US\$ 15 milhões referente a ajustes sobre as vendas dos demais produtos.

Com o cálculo, o superavit comercial do país subiu de US\$ 24,615 bilhões para US\$ 25,348 bilhões. Com isso, o saldo comercial superou o do ano anterior e deixou de ser o pior resultado do governo Lula.

INVESTIMENTO

Google quer entrar no setor de energia (Folha de SP) 09/01/2010

DA REDAÇÃO

O Google entrou com um pedido na principal entidade reguladora do setor de energia dos EUA para negociar no mercado de eletricidade no varejo.

A empresa diz que não tem planos para se tornar um negociador de energia e que o principal objetivo é facilitar a aquisição de energia renovável para seus centros de dados. Com isso, afirma que pretende atingir a meta de se tornar neutra em carbono. Ela não descarta vender a energia que não for usar.

Presidente nomeia e demite no BC brasileiro (Folha de SP) 09/01/2010

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente e os demais diretores do Banco Central, no Brasil, são escolhidos pelo presidente da República e podem ser exonerados de seus cargos a qualquer momento.

O único controle externo ao Poder Executivo é feito pelo Senado. Todos os indicados precisam passar por uma sabatina e ser aprovados antes de tomar posse.

O Banco Central não tem independência garantida por lei. Costuma-se dizer, no entanto, que a entidade possui "autonomia informal" para tomar algumas medidas, tais como, por exemplo, a definição do nível da taxa básica de juros. Mesmo assim, essa decisão precisa ter como objetivo o cumprimento da meta de inflação, que é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão presidido pelo ministro da Fazenda e no qual o Banco Central tem posição minoritária -o ministro do Planejamento também participa das decisões.

Ao contrário do que acontece em algumas agências reguladoras no Brasil, como a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), e no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), o presidente e os diretores do Banco Central não possuem mandatos com prazo fixo. Por isso, podem ser substituídos a qualquer momento pelo presidente sem que haja necessidade de submeter a decisão ao Legislativo.

No começo do governo Lula, chegou-se a discutir a elaboração de uma lei que garantisse independência ao órgão. O argumento era que isso daria mais credibilidade ao Banco Central diante do objetivo de controlar a inflação. Mas a ideia não chegou a sair do papel.

Stephanes vê preconceito em plano de direitos humanos (Folha de SP)

09/01/2010

Ministro da Agricultura afirma que decreto levará "insegurança jurídica" ao campo

Além de Stephanes, Jobim, comandantes do Exército e da Aeronáutica, entidade de ruralistas e bispos católicos já criticaram o programa

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, engrossou o coro das críticas surgidas dentro do próprio governo ao decreto que institui o Programa Nacional dos Direitos Humanos. De acordo com o ministro, o decreto vai trazer instabilidade jurídica para o campo e revela preconceito.

A primeira crise no governo devido ao programa surgiu durante o Natal, quando os comandantes do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, ameaçaram pedir demissão. O objetivo era pressionar para que o presidente Lula revogue trechos do texto que, entre outras coisas, cria uma comissão da verdade para apurar torturas e desaparecimentos no regime militar (1964-1985).

Em reunião à época com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, os dois classificaram o documento como "excessivamente insultuoso, agressivo e revanchista" às Forças Armadas. Jobim alegou que não tinha sido consultado sobre os termos, que não concordava com seu teor e que iria falar com Lula.

O presidente enfrenta dois polos distintos: os militares, Jobim e Stephanes, que querem alterações e alegaram desconhecer o decreto, e o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que defendem a iniciativa. Fora do governo, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e bispos da Igreja Católica também criticam o texto.

Apesar de ter a expressão "Direitos Humanos" no nome, o decreto estabelece a elaboração de novas leis sobre diversos assuntos, como: reformular a lei de planos de saúde, taxar grandes fortunas e até mudar regras para se cumprir mandados de reintegração de posse.

"Sinto que a Agricultura não esteja participando. Isso demonstra preconceito contra a agricultura comercial. O decreto causa insegurança jurídica", afirmou o ministro.

Ele criticou a ênfase dada à agricultura familiar. "O que existe são pequenos produtores, médios produtores e grandes produtores. Não se pode ignorar que existe uma classe média crescendo no campo."

O secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Gerardo Fontelles, no entanto, assina o decreto. Apesar disso, o ministério informou que suas propostas não foram ouvidas nem levadas em consideração e que o texto já chegou pronto e assinado pelos outros ministros. Entre os 21 ministérios citados como membros do comitê de acompanhamento do plano, não consta o da Agricultura.

Após a divulgação das declarações de Stephanes, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) criticou o colega e defendeu o plano. Disse que as reclamações de Stephanes não fazem sentido. "Até onde estou informado, todos os ministérios participaram."

Anteontem a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), já havia criticado o programa, principalmente quanto à exigência de audiência pública antes do processo de desocupação de terras. "Vou sentar e mediar com o crime?"

O decreto também recebeu críticas de bispos, que reagiram a artigos que propõem ações para apoiar "projeto de lei que descriminaliza o aborto", "mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos", "união civil entre pessoas do mesmo sexo" e "direito de adoção por casais homoafetivos".

PRODUÇÃO

Indústria de três Estados já recupera perdas após a crise (Folha de SP)

09/01/2010

DA SUCURSAL DO RIO

Três Estados já conseguiram retomar, em novembro de 2009, o patamar de produção industrial anterior à crise: Goiás, Pernambuco e Ceará, segundo o IBGE. Nesses locais, o setor fabril acumula expansão de 8,9%, 0,6% e 0,3%, respectivamente, entre setembro de 2008 e novembro último.

Nesse período, a indústria amargou uma queda de 5,9% na média nacional na taxa com ajuste sazonal.

De outubro a novembro, a produção cresceu em 9 dos 14 locais pesquisados, embora, na média do país, haja queda de 0,2% na comparação livre de influências típicas de cada período.

Em comum, os três Estados têm o fato de serem fortes em ramos voltados ao mercado interno. Destacam-se, nessas áreas, indústrias como alimentos, vestuário, têxtil, farmacêutica, todas voltadas para o mercado doméstico e que se saíram bem durante a crise.

Já os setores e locais mais vinculados às exportações tiveram desempenho pior e não reagiram ainda à crise. É o caso de Minas Gerais e Espírito Santo. (PS)

ACIDENTE DE TRABALHO

Alíquota maior ao INSS será repassada aos preços, diz CNI (Folha de SP) 09/01/2010

EDUARDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em queda de braço com o Ministério da Previdência Social pela revisão nas novas regras para o pagamento do SAT (Seguro Acidente de Trabalho), em vigor desde o início deste ano, empresários já ameaçam repassar para os preços o impacto dos custos adicionais com a folha de pagamento.

"As indústrias voltadas especialmente para o mercado interno, sem grande concorrência de importados, com certeza vão repassar o custo para o preço final das mercadorias", diz Emerson Casali, gerente-executivo de Relações do Trabalho da CNI.

Segundo ele, no entanto, as companhias que disputam o mercado nacional com importações e as que exportam seus produtos não terão essa escolha, arcando com os custos para manter suas mercadorias competitivas.

Desde 1º deste mês está em vigor o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), que reduz as alíquotas do SAT para as empresas que invistam na segurança dos trabalhadores e reduzam o número e a gravidade dos acidentes. As com piores resultados serão punidas com contribuição maior.

O problema, diz a CNI, é que a mesma medida reorganizou a divisão dos setores da economia dentro das alíquotas do seguro, que são de 1%, 2% e 3% sobre a folha de pagamento das empresas.

O imbróglio tende a se agravar porque a CNI tem orientado as empresas a questionarem judicialmente a medida, o que pode gerar uma enxurrada de ações.

Apesar de a Previdência garantir que o FAT será aplicado no próximo mês, sobre a folha de janeiro, as empresas dizem contar com o apoio de ministros da área econômica para convencer a Casa Civil a revisar o decreto.

Multas a elétricas crescem 131% (O Estado de SP) 09/01/2010

Renée Pereira

O volume de multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) às empresas do setor cresceu 131% nos últimos três anos por causa de irregularidades e descumprimento de regras previstas nos contratos de concessão. No ano passado, as punições somaram R\$ 158,7 milhões - bem acima dos R\$ 121,4 milhões de 2008, e dos R\$ 68,5 milhões de 2007.

As infrações referem-se a atrasos na construção de obras de geração, descumprimento de metas de qualidade do setor, problemas nos projetos de universalização e falta de manutenção em equipamentos. "Nosso objetivo não é sair dando multa no mercado, mas melhorar a qualidade dos serviços prestados", diz Nelson Hubner, diretor-geral da agência reguladora.

Não por acaso, o assunto campeão no ranking de multas é o desrespeito às metas de qualidade dos serviços prestados (calculadas pelo tempo e frequência das interrupções no fornecimento de luz). Nos últimos 4 anos, distribuidoras de energia viram seus índices subirem ao pior nível da década. Em alguns casos, a piora deve-se a fatores climáticos, mas também há falta de investimentos na rede de distribuição.

Hubner comenta que, em 2009, os valores foram reforçados pelo descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), firmados em 2004, entre a agência e as empresas. O documento previa a elevação de investimentos na rede para melhorar os indicadores de qualidade. Passado o período de expansão, se os indicadores não melhorassem, as empresas pagavam multas. Foi o que ocorreu. Elas investiram, mas o nível de interrupção não melhorou em alguns casos.

Na lista de empresas que passaram por esse problema está a Rio Grande Energia (RGE), que teve uma das maiores multas de 2009, calculada em R\$ 16 milhões. A empresa recorreu, mas a Aneel manteve o valor.

Outro problema comum é o descumprimento das metas de universalização dos serviços de energia elétrica, cuja multa é aplicada sobre a receita da empresa. Mas as maiores punições referem-se a casos atípicos. Em 2009, a maior multa foi dada à Companhia Energética do Ceará (Coelce): R\$ 19,98 milhões.

Segundo a Aneel, a empresa implementou programa para consumidores de alta tensão, no qual oferecia serviços de projeto, instalação e manutenção das redes, sem comunicar à agência. Além disso, vinculava sua prerrogativa de prestadora de serviço público ao programa, criando obstáculos à livre contratação dos serviços. A Coelce considerou a multa desproporcional e recorreu.

A estatal Furnas também não escapou da fiscalização. Técnicos encontraram irregularidades nas subestações de Campos e Macaé Merchant, que teriam provocado apagão no Espírito Santo, em 2007. Segundo a fiscalização, que aplicou multa de R\$ 5,5 milhões, o desligamento foi agravado pelos isoladores sem condições de uso. A empresa entrou na Justiça e obteve liminar.

Superávit comercial é revisto para US\$ 25,3 bi (O Estado de SP) 09/01/2010

Valor das exportações foi aumentado com a inclusão de operações de venda de energia elétrica

Sandra Manfrini

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior alterou o valor das exportações brasileiras em dezembro de 2009, de US\$ 13,720 bilhões para US\$ 14,463 bilhões. A mudança, segundo nota divulgada pelo ministério, ocorreu em razão da inclusão de operações de venda de energia elétrica, no valor de US\$ 758 milhões, além da exclusão de outros US\$ 15 milhões referentes a ajustes nos demais produtos.

Com essa mudança no valor exportado em dezembro, o saldo comercial naquele mês também foi alterado e subiu para um superávit de US\$ 2,178 bilhão - o valor anunciado antes era de US\$ 1,435 bilhão.

As exportações totais de 2009 passaram, dessa forma, de US\$ 152,252 bilhões para US\$ 152,995 bilhões. O ministério informou ainda que houve um ligeiro ajuste no valor total das importações em 2009, que passaram de US\$ 127,637 bilhões para US\$ 127,647 bilhões. Com essas mudanças, o superávit da balança comercial no ano passado subiu de US\$ 24,615 bilhões para US\$ 25,348 bilhões. Esse saldo corrigido de 2009 é 1,6% superior ao de 2008 (US\$ 24,957 bilhões). Em relação às exportações, mesmo com o aumento de US\$ 758 milhões, no ano, a média diária exportada ainda é 21,8% inferior ao verificado em 2008, permanecendo como a maior queda nas exportações de toda a série histórica, iniciada em 1950.

O secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, já havia antecipado, na segunda-feira, ao anunciar os números da balança comercial de 2009, que operações de exportação de energia elétrica não haviam sido incluídas nos números de dezembro porque a secretaria precisava verificar oito registros de exportação ocorridos no dia 30 de dezembro.

Segundo informações da empresa responsável pela venda de energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as operações referem-se à regularização de venda de eletricidade efetuada à Argentina, em 2007 e 2008.

"Na metodologia de apuração das exportações e importações empregadas pelo Siscomex, é considerada a data de desembaraço das operações de comércio exterior. Como os registros foram regularizados no sistema no dia 30 de dezembro de 2009, essas operações foram incluídas no mês de dezembro de 2009", esclareceu a nota do ministério. O Siscomex é o sistema de registro eletrônico de importações e exportações.

O ministério esclareceu ainda que as exportações e importações de energia elétrica passaram a ser incluídas na balança comercial brasileira a partir de 2006. Antes, essas operações eram computadas na balança de serviços.

Ministério Público mira ex-diretor da CPTM

Promotor pede condenação de Manuel Bandeira e das multinacionais Alstom, Bombardier e CAF

Fausto Macedo

Tamanho do texto? A A A A

O Ministério Público Estadual pediu à Justiça, por meio de ação civil, condenação do ex-diretor-presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira e de três multinacionais - Alstom, Bombardier e CAF - do Consórcio Ferroviário Espanhol-Brasileiro. O motivo é o suposto ato de improbidade administrativa que teria ocorrido na assinatura de aditamento contratual para aquisição de 12 trens. São citados um ex-diretor financeiro e um ex-diretor de operações da CPTM. A companhia não é alvo da ação distribuída para a 1ª Vara da Fazenda Pública da capital.

A Alstom, francesa, é mencionada em diversas investigações do Ministério Público por envolvimento em esquema de pagamento de propinas para políticos e administradores públicos de São Paulo responsáveis por contratos do metrô nos anos 90.

O contrato da CPTM sob suspeita foi firmado em 12 de janeiro de 1995 para fornecimento de 45 trens e recebeu seis aditamentos - o último deles, de dezembro de 2005, é o alvo central. O sexto aditamento representou gasto total de R\$ 223,5 milhões. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) apontou majoração em 17,35%.

Segundo a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, o sexto aditamento representou, na prática, uma nova compra de trens, "verdadeira fraude à imperativa Lei de Licitações e em total arrepio ao mais comezinho bom senso".

Para o promotor Antonio Celso Campos de Oliveira Faria, que subscreve a ação, a CPTM deveria ter realizado nova concorrência, inclusive elaborando novo edital "mais adequado à tecnologia de 2005".

A base da ação é auditoria do TCE. Na avaliação do conselheiro relator, Roque Citadini, "o sexto aditamento não proporcionou melhor vantagem ao erário". Segundo a assessoria econômica do TCE, o custo original de cada trem foi de US\$ 6,72 milhões, valor que subiu para US\$ 7,88 milhões no aditamento.

Por meio da assessoria de imprensa, a Alstom sustenta que "entende que o contrato em questão é legal e está tomando as medidas jurídicas cabíveis". A CPTM destacou que não é citada na ação do Ministério Público Estadual e lembra que Manuel Bandeira não trabalha mais na empresa.

Bandeira, hoje presidente da Companhia de Processamentos de Dados do Estado (Prodesp), rechaçou com veemência a acusação. "Não houve majoração, o contrato é completamente regular. Ao contrário, houve ganhos para o erário. Na esfera judicial vamos demonstrar com clareza que esse processo não resultou em qualquer tipo de prejuízo."

Ele avalia que a investigação não corrigiu os preços. "Houve comparação do preço do contrato original, só que nesse período de dez anos houve alterações. Não atualizaram o preço da moeda."

Dirigentes da CAF e da Bombardier não foram localizados pela reportagem.

Celesc PNB encerra em alta de 1,66% (*CanalEnergia*) 08/01/2010

Cesp PNB fecha com baixa de 3,24%. IEE chega aos 24.650 pontos, com alta de 0,05%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Celesc PNB encerrou em alta de 1,66% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta sexta-feira, 8 de janeiro. A Equatorial ON também encerrou com alta, de 1,49%, assim como a Energias do Brasil ON (1,29%) e a CPFL Energia ON (1,26%). A Cesp PNB fechou com baixa de 3,24%, seguida pela Transmissão Paulista PN (-2,03%) e pela Light ON (-1,96%). O IEE chegou aos 24.650 pontos com alta de 0,05%. O Ibovespa encerrou em baixa de 0,27%, aos 70.262 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,31%
AES Tietê PN: 0,77%
Celesc PNB: 1,66%
Cemig PN: -0,10%
Cesp PNB: -3,24%
Coelce PNA: 0,35%
Copel PNB: 0,39%
CPFL Energia ON: 1,26%
Eletrobrás PNB: 1,16%
Energias do Brasil ON: 1,29%
Equatorial ON: 1,49%
Light ON: -1,96%
MPX Energia ON: 1,09%
Tractebel ON: -0,83%
Terna Participações UNT: -0,21
Transmissão Paulista PN: -2,03%

PLD permanece em R\$ 12,80/MWh (CanalEnergia) 08/01/2010

Valor é o mesmo para todas as regiões e patamares de carga, segundo CCEE
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgou o Preço de Liquidação das Diferenças para o período de 9 a 15 de janeiro de 2010. O valor permanece no mínimo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, R\$ 12,80 por MWh, para todos os submercados e patamares de cargas. O novo valor mínimo foi definido da reunião da Agência Nacional de Energia Elétrica realizada no último mês de dezembro. Anteriormente, o mínimo era de R\$ 16,31/MWh. As afluências ocorridas nos submercados Sudeste/Centro Oeste, Sul e Norte continuam sendo superiores às médias históricas, contribuindo para manter o PLD no valor mínimo. Confira abaixo os preços da segunda semana de janeiro:

Sudeste/Centro-Oeste: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Sul: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Nordeste: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Norte: R\$ 12,80 (pesada); R\$ 12,80 (média); e R\$ 12,80 (leve).

Apagão atinge estados do Acre e Rondônia (CanalEnergia) 08/01/2010

Desligamento aconteceu na manhã desta sexta-feira, 8 de janeiro. Cerca de 80% do sistema já foi recomposto, segundo Eletronorte

Dayanne Jadjiski, da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

Um desligamento no sistema Acre-Rondônia nesta sexta-feira, 8 de janeiro, por volta de 11:40 horas, afetou parcialmente os dois estados, principalmente as capitais Rio Branco e Porto Velho. Segundo a Eletronorte, cerca de 80% do sistema já foi restabelecido. A companhia está trabalhando para recompor o restante do sistema, normalizar o fornecimento e identificar as causas do desligamento. O blecaute foi registrado na linha de transmissão do trecho entre Ji-Paraná e Vilhena. Ainda de acordo com a Eletronorte, não há risco de o problema se espalhar para o restante do país e que não está relacionado com o apagão ocorrido em novembro, que atingiu 18 estados.

Fitch atribui a Furnas rating BBB- em moeda local e AA(br) de longo prazo (CanalEnergia) 08/01/2010

Ratings da estatal refletem o vínculo com a sua controladora Eletrobrás
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Fitch Ratings atribuiu a Furnas o rating 'BBB-' em moeda local e estrangeira e o rating nacional de Longo Prazo 'AA(br)'. De acordo com a agência de risco, a perspectiva dos ratings é estável. Os ratings de furnas refletem o vínculo com a sua controladora, a Eletrobrás.

Segundo a Fitch, por ser uma empresa estatal, Furnas está exposta a riscos de interferência política. Há ocasiões em que o governo brasileiro utiliza a controladora para atingir determinados objetivos macroeconômicos e sociais, através de metodologias aplicadas nos leilões de energia, subsídios e financiamentos setoriais, que enfatizam seu vínculo com o risco da holding. O orçamento da Eletrobrás - incluindo o de Furnas - é incorporado ao governo, aprovado anualmente pelo Congresso Nacional. A liquidez de Furnas também é restrita, segundo a Fitch, mas mitigada pela geração de caixa e pelo apoio da controladora.

Uma ação de rating em relação a Furnas, de acordo com a agência, tanto positiva quanto negativa, poderia ser considerada em caso de alteração nos ratings do Brasil. Qualquer outra ação de rating movida por fatores específicos da companhia é improvável, no curto prazo. A interferência do governo no sistema Eletrobrás é intensa e deverá ser ainda maior do que em outros pares sob controle governamental.

Além disso, como a Eletrobrás é o principal agente utilizado pelo governo para promover e financiar as expansões necessárias no sistema elétrico, ela desfruta de baixa autonomia de gestão de fluxo de caixa e ainda depende de fontes oficiais para financiamentos, ainda que indiretamente. Por esta razão, os ratings de Furnas e Eletrobrás devem estar estritamente ligados ao rating soberano.

Rio Grande do Norte alcançará autossuficiência de geração neste ano (CanalEnergia) 08/01/2010

Parques eólicos já instalados ou projetados para os próximos três anos no estado somam mais 715 MW instalados superando consumo atual, de 640 MW

Dayanne Jadjiski, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O Rio Grande do Norte alcançará neste ano a autossuficiência em capacidade de geração de energia. A demanda média do estado é de 600 MW e a capacidade atual de geração é de 510,1 MW através das termelétricas Vale do Açu (Termoaçu), de 340MW, Potiguar I (53MW), Potiguar III (66MW), além das eólicas Rio do Fogo (49,3MW) e Macau (1,8MW). De acordo com o secretário de Energia do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates, com a entrada em operação prevista para este ano dos parques eólicos de Alegria I e II, que juntos somam 151,8 MW, o estado atingirá 661,9 MW de capacidade instalada, superando a necessidade de consumo.

Com a entrada em 2012 das usinas eólicas negociadas no leilão de eólicas, realizado no último dia 14 de dezembro, o estado terá condições de gerar mais que o dobro da energia que consome. Dos 1.805 MW comercializados, o Rio Grande do Norte vai abrigar 657 MW. Para Prates, o resultado do certame já era o esperado. "Surpreendeu as outras pessoas que viam o Rio Grande do Norte como um estado atrasado ou menos importante economicamente mas, para nós que fizemos o trabalho, não foi uma surpresa".

A preparação do Rio Grande do Norte para conseguir receber os 23 empreendimentos dos 71 projetos começou tempos antes do leilão e foi dividido em três fases. A primeira delas, segundo Prates, foi organizar a informação setorial da área eólica e conhecer o potencial de projetos e suas necessidades. A segunda etapa consistia na busca pela atratividade, seguida por uma maior competitividade.

Com investimentos de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, os projetos aprovados devem gerar entre 3 e 4 mil empregos, segundo Prates. "Se se mantiver um certo fluxo de leilões acontecendo, novos parques se instalando, esta média de emprego deve ser mantida ao longo de quase uma década", explicou.

Para que empresas possam se instalar no estado, estão sendo disponibilizados "todos os incentivos em nível estadual possíveis e admitidos por lei", ainda de acordo com o secretário. O executivo informou ainda que o Rio Grande do Norte e o Ceará estudam a criação de um polo industrial bilateral eólico. "Os governadores dos dois estados conversarão este ano para, em vez de competirmos predatoriamente, fazermos uma parceria e ter este polo bilateral. Quando as empresas se instalam próximo às divisas, elas geram emprego para os dois estados".

A fonte de geração solar também é um dos focos do Rio Grande do Norte. De acordo com Prates, o estado pretende promover no próximo mês de fevereiro um seminário com especialistas, agentes do governo, do setor elétrico e investidores para obter conclusões sobre a viabilidade da energia solar no Brasil e especificamente no Rio Grande do Norte. "A gente tem um foco em energias renováveis muito forte com as eólicas na liderança, mas sem esquecer da energia solar, que também precisa passar pelo mesmo processo de discussão, como viabilização, organização da informação, atratividade e competitividade".

Em um acordo com a Petrobras, o estado quer implantar uma usina experimental solar térmica, de 30 MW, no Vale do Açu. Segundo Prates, a usina será baseada no mesmo princípio que a Termoaçu, ou seja, quando não tiver gerando energia, a unidade deve gerar vapor para a injeção nos poços de petróleo. O início da operação está previsto para o fim do próximo ano.

Usinas iniciam operação comercial e testes (CanalEnergia) 08/01/2010

Eólica Bons Ventos teve liberados 24 aerogeradores que totalizam 50 MW. Térmica Cocal II vai testar turbina de 40 MW
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início de testes e da operação de duas usinas. A eólica Bons Ventos recebeu autorização para iniciar operação comercial das unidades geradoras 1 a 24, totalizando 50 MW de potência. Localizado no município de Aracati, no Ceará, o empreendimento pertence à Bons Ventos Geradora de Energia.

A Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool teve a unidade geradora 1 da térmica Cocal II aprovada para realização de testes. A turbina tem 40 MW e a usina está instalada no município de Narandiba, em São Paulo. A companhia terá prazo de 60 dias para envio de relatório confirmando ou corrigindo a potência das unidades. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 8 de janeiro.

Nível dos reservatórios do Nordeste atinge 67,5% do volume armazenado (CanalEnergia) 08/01/2010

Índice está 37% acima da curva de aversão ao risco. Sobradinho opera com 68,40% da capacidade, segundo ONS Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Sobradinho opera com 68,40% da capacidade de armazenamento, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última quinta-feira, 7 de janeiro. Os reservatórios do Nordeste atingem 67,5% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios têm alta de 0,9% e atingiram 62,6% do volume acumulado. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 49,72% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios estão estáveis e atingem 73,6% do volume. O índice está 46,6% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Jurumirim e Barra Bonita operam com 77% e 55,67%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 98,6%, com alta de 0,2%. O índice está 77,5% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Passo Real trabalha com 94,97% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 67,5% do volume acumulado, com alta de 0,3%. O índice está 37% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 68,40% da capacidade.

Celesc PNB registra alta de 0,30% (CanalEnergia) 08/01/2010

Eletrobrás PNB registra queda de 1,95%. IEE alcança os 24.480 pontos, com baixa de 0,64% Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Celesc PNB opera em alta de 0,30% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta sexta-feira, 8 de janeiro. O setor elétrico registra outro resultado positivo com a MPX Energia ON (0,21%). A Eletrobrás PNB registra queda de 1,95%, acompanhada pela Energias do Brasil ON (-1,26%) e pela Cesp PNB (-1,14%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.480 pontos, com baixa de 0,64% assim como o Ibovespa, que chegou aos 70.169 pontos com baixa de 0,40%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -1,05%
AES Tietê PN: -0,20%
Celesc PNB: 0,30%
Cemig PN: -1,09%
Cesp PNB: -1,14%
Coelce PNA: -0,18%
Copel PNB: -0,89%
CPFL Energia ON: -0,80%
Eletrobrás PNB: -1,95%
Energias do Brasil ON: -1,26%
Equatorial ON: -0,57%
Light ON: -0,65%
MPX Energia ON: 0,21%
Tractebel ON: -0,32%
Transmissão Paulista PN: -0,66%

STJ: município produtor de energia tem direito à arrecadação de ICMS (CanalEnergia) 08/01/2010

Município de Ubarana, no interior de São Paulo, tem direito de receber ICMS referente à venda de energia da hidrelétrica de Promissão

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu que o município de Ubarana, no interior paulista, tem direito a partilhar, proporcionalmente, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) decorrente da produção de energia elétrica pela hidrelétrica de Promissão. Apesar dos geradores estarem no território de Ubarana, a administração da usina e a venda de energia é feita pelo município de Promissão.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo havia considerado que o fator gerador do imposto seria a saída da energia, o que daria o direito a Promissão a todo o montante do ICMS arrecadado. Por outro lado, Ubarana salienta que tem direito a 25% da arrecadação pelo estado, valor previsto na Constituição. A lei leva em consideração para a partilha o Valor Adicional Fiscal (VAF), indicador útil para calcular o repasse de receitas ao município. É o valor acrescentado nas operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços realizados no município.

O ministro Castro Meira destacou que a matéria é nova na jurisprudência do Tribunal e firmou a tendência do STJ em estabelecer o direito de repasse de ICMS, calculado com base no VAF, ao município onde se situa o gerador da usina hidrelétrica.

Equatorial Energia aumenta capital em quase R\$ 15 milhões (CanalEnergia) **08/01/2010**

Capital social da empresa passa a ser de R\$ 922,403 milhões, representado por 107.981.274 ações ordinárias
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Equatorial Energia informou que, em razão do exercício das opções de compra a que tinham direito os beneficiários do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações, foram subscritas 2.098.244 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 7,11 por ação. A operação resultou em aumento do capital da companhia no valor de R\$ 14,918 milhões. De acordo com a Equatorial, o capital social da empresa passa a ser de R\$ 922,403 milhões, representado por 107.981.274 ações ordinárias.

UHE Barra do Braúna inicia operação comercial de 13 MW (CanalEnergia) **08/01/2010**

Usina está localizada nos municípios de Laranjal e Leopoldina, em Minas Gerais
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a operação comercial da unidade geradora UG1 da hidrelétrica Barra do Braúna. Localizado nos municípios de Laranjal e Leopoldina, em Minas Gerais, o empreendimento pertence à Barra do Braúna Energética. A turbina tem 13 MW, segundo despacho publicado no Diário Oficial da União da última quinta-feira, 7 de janeiro.

PCH Paiol altera potência instalada de 28 MW para 20 MW (CanalEnergia) **08/01/2010**

Localizada nos municípios de Frei Inocência e Mathias Lobato, no rio Suaçuí Grande, usina pertence à SPE Paiol Energia
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a empresa SPE Paiol Energia a alterar de 28 MW para 20 MW a potência instalada da pequena central hidrelétrica Paiol. A usina está localizada nos municípios de Frei Inocência e Mathias Lobato, no rio Suaçuí Grande. Com a alteração, o sistema de transmissão passa a ser constituído de uma subestação com capacidade de 20/25 MVA, 6,9/138 kV e uma linha de transmissão de 10 quilômetros de extensão, circuito simples, 138 kV, interligando a PCH Paiol à SE de Frei Inocência, de propriedade da Cemig. As informações foram publicadas na edição da última quinta-feira, 7 de janeiro, no Diário Oficial da União.

Celg reduz em cerca de R\$ 40 milhões gastos com licitações (CanalEnergia) **08/01/2010**

Em 2009, empresa realizou 143 processos para aquisição de itens como postes e transformadores
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Celg obteve cerca de R\$ 40 milhões de economia em suas licitações no ano passado. Dos R\$ 165 milhões orçados, a empresa desembolsou R\$ 165 milhões, o que representa redução superior a 30% ao inicialmente previsto. A companhia destaca ainda que foram realizados 143 licitações durante 2009. A empresa adquiriu diversos itens e serviços como postes, transformadores e serviço telefônico.

De acordo com a Celg, o resultado se deve, principalmente à simplificação do pregão presencial, que estimulou a competitividade e ampliou a participação de empresas de pequeno e médio portes. Nessa modalidade, a disputa é feita por meio de propostas de preços escritas e lances verbais sucessivos em sessões públicas.

SINDICAL

Jornal da CUT (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por CUT Nacional

Edição número 21 chega aos sindicatos e traz textos sobre a ação sindical em relação ao meio ambiente e um balanço de 2010

O Jornal da CUT número 21 está chegando aos sindicatos filiados, pelo Correio. A edição deste mês traz como destaque as iniciativas e as propostas que nossas entidades estão construindo para colaborar com um novo modelo de desenvolvimento que respeite ao meio ambiente.

A edição também traz textos dedicados a rever o que aconteceu em 2009 no mundo do trabalho, além de mais um cartaz da série "Reduz Pra 40 que o Brasil Aumenta".

Caso seu sindicato não receba o jornal ou queira aumentar o número de exemplares que recebe, favor solicitar através do endereço imprensa@cut.org.br. Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email. Neste mesmo endereço você pode também encaminhar críticas e sugestões.

Movimento “Fora Arruda” (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por CUT-DF

CUT-DF prepara novas mobilizações para janeiro

A CUT-DF realiza nesta sexta-feira, dia 8, uma reunião com o objetivo de discutir as próximas ações que a Central realizará pedindo o impeachment do governador José Roberto Arruda (sem partido) e de seu vice, Paulo Octávio (DEM), assim como os demais denunciados na Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal.

Na próxima segunda-feira, dia 11, termina o recesso parlamentar da Assembléia Legislativa do DF.

"Não deixarmos as lágrimas do governador Arruda enganarem mais uma vez os desavisados, vamos realizar mobilizações, promovendo ações e atividades para mantendo alerta os investigadores e pressionando para que o julgamento dos envolvidos aconteça urgentemente, com a devida isenção, e resultando no afastamento imediato dos culpados", destacou a presidente da CUT-DF, Rejane Pitanga.

O combate à homofobia precisa avançar (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Adilson Barros, Membro do Coletivo LGBT da CUT-RJ

Falar em homossexualidade nos tempos de hoje incomoda muita gente. Mesmo numa sociedade que avança a passos longos em diversos aspectos, ainda temos muito para lutar conscientizar a sociedade da importância da comunidade LGBT.

Através da luta e de debates incessantes, conseguimos abrir um espaço para a nossa luta, tão relevante quanto as lutas de outros setores oprimidos, como as mulheres e o negro, principalmente no mundo do trabalho.

Diz Goethe: “A homossexualidade é tão antiga quanto a humanidade”. Esse pensamento reflete a importância de derrubar práticas de homofobia tão marcante, que contribui muito para que homens e mulheres fiquem “dentro do armário”. Vejamos: em algumas sociedades antigas as relações entre homens e entre mulheres eram comuns. Portanto não se deve aceitar, dentro desse ponto de vista, a recusa pelo diferente: a orientação sexual.

Hoje, já se tem outra forma de olhar os homossexuais. Deixamos de ser doença dentro da patologia desde a década de 70, do século XX. Consideramos um avanço, mesmo dentro de uma sociedade ainda conservadora e machista ao extremo em pleno Século XXI.

A igreja Cristã contribui muito para esse tipo de situação, nos seus discursos, falam de dogmas religiosos, casamentos e procriação, concepção de pecado, em nome da moral e dos bons costumes. Tanto que, há pouco tempo fizeram uma campanha na Internet para que o projeto de lei que propõe a criminalização da homofobia não seja aprovado. Mas a luta vai começar agora.

Esse tabu precisa ser quebrado. Precisamos de leis que nos protejam, e também de políticas públicas para a defesa da comunidade LGBT, que produz de forma igual assim como todos os trabalhadores e trabalhadoras desse país.

A Lei (PLC-122/2006) considera crime o preconceito e a discriminação contra o comportamento homoafetivo. Será uma forma de amenizar o problema, apesar de considerarmos que não soluciona de imediato a homofobia. Mas nos deixa tranqüilo para seguir a vida, e continuar fazendo o debate de tanta relevância na nossa sociedade. Essa Lei precisa urgente ser aprovada.

De acordo com a Senadora Fátima Cleide (PT-RO), que é relatora da matéria na Comissão de Direitos Humanos do Senado, explicou que a PLC 122, “não se dispõe a cercear o direito de expressão de ninguém, mas sim corrigir um erro histórico, que não se sustenta mais em pleno século XXI.”

É preciso punir o comportamento homofóbico. Não dá mais pra tolerar manifestações intencionais de humilhação, ofensas verbais e físicas e até assassinatos. No Brasil, segundo estatísticas, a cada dois dias uma pessoa é assassinada pelo fato de ser homossexual.

Precisamos avançar ainda mais, principalmente no mundo do trabalho. Ainda ocorre demissões e assédio moral pelo fato de ser homossexual. Algumas categorias já discutem o tema nas suas negociações coletivas, e já conquistam, em seus contratos coletivos, direitos aos homoafetivos (plano de saúde, etc.). É um avanço considerável, mas necessitamos, acima de tudo, de igualdade de oportunidades, dignidade e respeito.

Viva a diversidade!! Diga não a homofobia!!

Lucros e demissões nos bancos (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Artur Henrique, presidente nacional da CUT e Carlos Cordeiro, presidente da Contraf/CUT

Entra ano, sai ano e os bancos continuam lucrando muito no Brasil, com escassas contrapartidas sociais. Em 2009 não foi diferente. Eles não foram atingidos pela crise financeira mundial, ficaram ainda mais concentrados em grandes instituições, seguiram praticando altas taxas de juros, tarifas abusivas e spread (a diferença entre o custo de captação e de empréstimo do dinheiro) elevadíssimo e cortaram empregos.

Os números apurados até o terceiro trimestre antecipam nova safra de ganhos astronômicos. Os cinco maiores bancos acumularam lucro líquido de R\$ 22,1 bilhões, a maior rentabilidade da economia brasileira. No mesmo período, entretanto, eles fecharam 2.076 postos de trabalho, segundo levantamento trimestral elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Os bancos desligaram 22.803 bancários e contrataram 20.727. É uma inversão do que ocorreu nos primeiros nove meses do ano passado, quando houve um aumento de 14.366 vagas (44.614 contratações e 30.248 dispensas). O estudo toma por base dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dados do Caged não permitem separar as contratações e desligamentos por instituição, mas apenas por segmento do sistema financeiro: bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimentos e caixas econômicas. Como neste último segmento só existe a Caixa Econômica Federal, que abriu só no primeiro semestre um total de 3.172 empregos, e não tem havido demissões no Banco do Brasil e outros bancos públicos, a conclusão é de que o fechamento de vagas está mesmo concentrado nos bancos privados, principalmente por causa dos processos de fusão do Itaú Unibanco e do Santander e Real, ainda em andamento.

Os bancos andam, portanto, na contramão do movimento que a economia brasileira está trilhando. Enquanto os demais setores criaram 932 mil postos de trabalho de janeiro a setembro com a retomada do crescimento, os bancos, que não sofreram nenhum impacto com a crise, fazem o contrário, revelando que responsabilidade social virou apenas peça de marketing.

A pesquisa mostra ainda que os bancos usam a rotatividade para reduzir a média salarial dos trabalhadores - a remuneração média dos admitidos é 41,28% inferior à dos desligados. Além disso, eles mantêm a discriminação em relação às mulheres, que estão sendo contratadas com salários 30,21% inferiores aos dos homens.

Além de impactar os trabalhadores, essa política dos bancos é nociva também a toda a economia brasileira, uma vez que cobra os mais altos juros e spread do planeta. Os bancos estrangeiros abusam dos clientes brasileiros, ao contrário do que fazem em seus países de origem. O Santander cobra 10,81% de taxa anual de juros total sobre empréstimos pessoais na Espanha, e 55,74% no Brasil. Na mesma modalidade de empréstimo, o HSBC cobra taxa de 6,60% no Reino Unido e 63,42% no Brasil.

Por isso, os trabalhadores seguirão defendendo em 2010 a regulamentação do sistema financeiro, visando definir funções, estabelecer controles, baratear o crédito e estimular a produção para a geração de empregos e o desenvolvimento. Também cabe aos bancos abrir mais agências ao invés de correspondentes, investir mais em segurança para evitar assaltos e sequestros e, sobretudo, contratar mais funcionários para acabar com as filas e melhorar o atendimento dos clientes. A sociedade brasileira precisa exigir a contrapartida social dos bancos.

Produção industrial cresce em nove das 14 regiões analisadas pelo IBGE (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Agência Brasil

A produção industrial cresceu em novembro em nove das 14 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação a outubro de 2009. O principal destaque é o estado de Goiás, que teve crescimento de 11,6%, depois de uma queda de setembro para outubro.

Em seguida, aparecem os estados da Bahia, com crescimento de 3,9%, e do Ceará, com aumento de 2,8%. Também apresentaram resultados positivos a Região Nordeste (1,6%) e os estados do Rio Grande do Sul (1,9%), Amazonas (1,6%), de São Paulo (1,6%), Pernambuco (1,0%) e do Rio de Janeiro (0,2%).

Os cinco estados que apresentaram resultado industrial negativo em novembro de 2009, em relação ao mês anterior, foram o Espírito Santo (-1,6%), Minas Gerais (-0,6%), o Pará (-0,6%), Paraná (-0,1%) e Santa Catarina (-0,1%).

Na comparação com novembro de 2008, apenas o estado do Pará apresentou resultado negativo. Mas, no acumulado dos 11 primeiros meses de 2009, o resultado foi negativo para todas as regiões.

Agricultores familiares poderão fazer reformas através do Programa de Habitação Rural (CUT Nacional) 08/01/2010

Escrito por Assessoria da Cooperhaf

O ano de 2010 começa com boas notícias para a habitação rural. O Governo Federal, através da Medida Provisória de número 478, publicada no Diário Oficial da União regulamentou a reforma de moradias no Programa Nacional de

Habitação Rural (PNHR) para os grupos dois e três (G02 e G03). Até então, agricultores familiares poderiam participar do programa somente se fossem construir casas novas.

O presidente e coordenador da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf), Celso Ricardo Ludwig e o tesoureiro Alcemir Bagnara, estiveram por diversas vezes em Brasília nas últimas semanas de dezembro pressionando o Governo para que o problema fosse resolvido. "Após reuniões e tratativas conseguimos incluir a reforma de moradias para agricultores familiares dos grupos dois e três. É mais uma conquista das entidades que lutam pelo fortalecimento da agricultura familiar", afirma Ludwig.

Para reformar ou construir a casa, poderão participar agricultores familiares enquadrados nos grupos dois (G02) são aqueles que têm renda de R\$ 10 mil a 22 mil, e no grupo três (G03) para agricultores que tem renda superior a R\$ 22 mil e inferiores a R\$ 55.800 mil. O grupo um (G01) podem participar agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 10 mil, porém neste grupo a Cooperhaf trabalhará somente com a modalidade casas novas.

Apesar de já haver a regulamentação Ministerial, a Cooperhaf aguarda a normatização da Caixa Econômica Federal para iniciar os encaminhamentos junto a entidade financeira. Entretanto, as filiais estão aptas a receber os processos de reformas dos sindicatos e singulares da Cresol Central SC/RS.

Vale ressaltar que a renda bruta familiar anual dos agricultores será comprovada pela Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Esta deverá ser atualizada dos últimos seis meses. Caso a atual DAP do agricultor possuir mais de seis meses até a data de apresentação da proposta, a Cooperhaf solicita que os agricultores procurem os agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para emissão de uma nova guia.

SITES PESQUISADOS	
	www.folha.com.br
	
	
	
	
	
	

O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

